

EDITORIAL À SUA IMAGEM E SEMELHANÇA

Qualquer que tenha sido o molde ou o filtro, foi Deus que nos fez Homem e Mulher e nos pôs no Mundo.

Um Mundo em maiúscula, onde tudo era belo e era bom.

E ao Par primordial assistia, gratuito e generoso, o direito de seu uso e fruição. E para o sempre do Sempre assim seria, sem falha nem mancha, em sempiterna e imutável Harmonia, não fora um rasgão no Tempo – que se tornou finito – e a intrusão do Desejo – que se tornou insaciável. Foi quando o Par comungou da ambição de passar de imagem a essência e de semelhança a substância.

Então Deus zangou-se: fechou-lhe os portões do jardim da Concórdia e expulsou-o para um mundo em minúsculas, feitos homem e mulher na finitude de suas vidas e destinos.

E logo conheceram a nudez do corpo e toda a fragilidade do seu espírito ingênuo. Estavam, verdadeiramente, no princípio de todos os princípios.

Tudo se tornou urgente e perecível. E entre o Labor e o Instinto, com a Consciência a levantar e a Morte a poente, o Homem teve de re-fazer a Vida no espaço que Deus lhe deixou. Tateando a massa informe da sua ignorância, conheceu e possuiu o mundo na carência e, por milhões de anos, houve que encher a Terra e sujeitá-la, amassando com suor e teimosa persistência, experiências e saberes, galgando peias e fronteiras, enfrentando superstições e perseguições, para ascender a pulso às conquistas da Ciência. Irmanou em fervor



Adão a dar os nomes aos animais

Francisco de Holanda. *De aetatibus mundi imagines* [Material gráfico].
[Lisboa]: [1545-1573], fl. 8r.
Madrid, Biblioteca Nacional de España, DIB/14/26.

Imagem disponível em:

http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es/webclient/DeliveryManager?pid=4196087&custom_att_2=simple_viewer



Segundo dia da criação

Francisco de Holanda. *De aetatibus mundi imagines* [Material gráfico]. [Lisboa]: [1545-1573], fl. 4r. Madrid, Biblioteca Nacional de España, DIB/14/26.

Imagem disponível em:
http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es/webclient/DeliveryManager?pid=4196087&custom_att_2=simple_viewer



Sexto dia da criação

Francisco de Holanda. *De aetatibus mundi imagines* [Material gráfico]. [Lisboa]: [1545-1573], fl. 8v. Madrid, Biblioteca Nacional de España, DIB/14/26.

Imagem disponível em:
http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es/webclient/DeliveryManager?pid=4196087&custom_att_2=simple_viewer

Ciência e Técnica e a ambas consagrou santos e mártires. Do ábaco ao computador, da força do vento à energia atômica, escreveu por batalhas de duas faces a história da dominação do mundo. Com a roda dominou o movimento e inventou a Máquina, com a escrita aprisionou a palavra e fixou a Memória. De invenção em invenção, encurtou o Tempo, alargou a Verdade e, de geração em geração, palmilhou os trilhos fecundos do pensamento especulativo.

Porém, no seu arroubo criativo, o Homem excedeu não raro os limites do lícito e do ético, dando largas a uma liberdade descautelada ou deixando-se dominar pelas miragens de poder e de glória projetadas pelos seus inventos.

Ora o espírito que disciplinou as forças da Natureza, que ensinou a máquina a armazenar o incontável e

a ordenar o inumerável, esse espírito que nasceu do sopro divino e por ele foi feito guardião da chave da Vida, não pode permitir que, por vertigem ou ambição insana, se abastarde o fulgor dessa “imagem e semelhança”, que é, ainda e sempre, a *marca de água* de toda a Humanidade. Se não integrar essa dimensão divina – um pedaço de alma que seja – a Ciência não passará de uma fábrica de ilusões fatais, divorciadas da(s) graça(s) da Criação.

Assim, que cada conquista da Ciência não seja mais um pedaço de Conhecimento roubado ao segredo de Deus, mas antes um ato feliz de enamoramento com a Sua obra.

Maria Lúcia Garcia Marques

OS TEMPOS DA CIÊNCIA

W. Osswald*

1. Como a ciência se separou da filosofia

Incluir Aristóteles e Platão na lista dos cientistas mais eminentes que a civilização até hoje produziu parecerá certamente despropositado e revelador da ignorância de quem ouse fazer tal proposta. Todos sabemos, corrigir-se-á, que esses foram notáveis filósofos, e a filosofia não é uma ciência. Todavia, se nos dermos ao trabalho de perscrutar um pouco as sombras do passado, somos forçados a minar com dúvidas a solidez do edifício argumentativo, que classifica em categorias diversas as ciências e as humanidades.

Se começarmos pelo princípio, logo concluiremos que os luminares da filosofia grega nada teriam a opor a que os classificassem como cientistas, já que dedicavam a sua vida à aquisição de conhecimento ou ciência das coisas. Aristóteles, colecionando conchas na praia, com o objetivo de estabelecer classes de moluscos, ou analisando as condições em que se devem exercer as virtudes, garantes de uma vida boa; Platão dialogando com Sócrates para além da morte deste ou traçando as regras em que se deve viver em república – ambos entendiam campos tão afastados (hoje por nós rotulados como biologia, política, filosofia) como perfeitamente ao alcance da mente do cientista, ou seja, do homem que tem por objetivo conhecer melhor, dilucidar o desconhecido, desvendar o oculto.

Ciência é, etimologicamente falando, conhecimento; ainda dizemos que estamos cientes de algo, ou seja, que conhecemos. É curioso que consciência, conhecimento de si mesmo (auto-consciência) ou do que nos rodeia (nesse sentido, “o paciente perdeu consciência”) conserve o “s” mudo que a ciência perdeu, o que dá origem a um fonema espúrio. Talvez o facto tenha contribuído para a perda progressiva da ligação do conceito de ciência ao de conhecimento.

Não há dúvida que o conhecimento do mundo físico se inicia com as observações astronómicas chinesas e mesopotâmicas; talvez se possa falar aqui de uma era pré-científica. Nos clássicos tempos da civilização mediterrânica, foram frequentes as incursões dos filósofos naturais, ou seja dos filósofos que estudavam a natureza, no domínio que muito mais tarde viria a ser reclamado pela ciência. Assim, Tales de Mileto ou Pitágoras ou mesmo Hipócrates sempre agiram através dos seus agudos

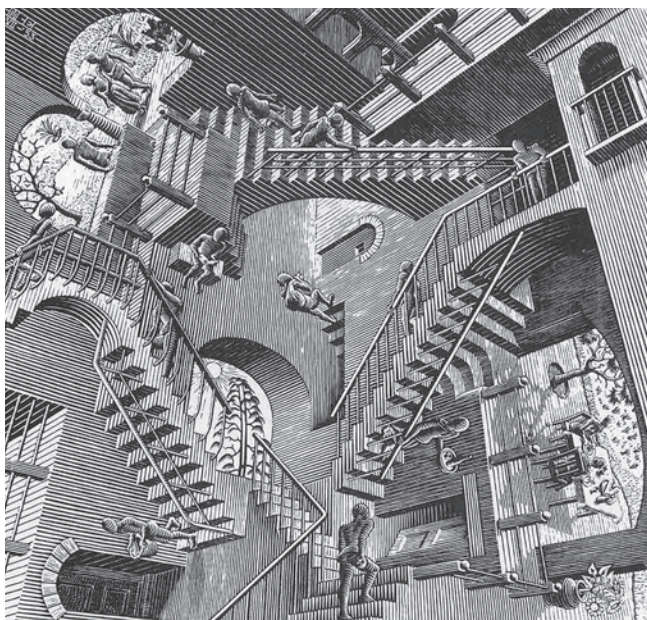
olhares focados sobre a natureza, como cientistas rigorosos ou filósofos naturais.

Com a Renascença, apesar das revolucionárias descrições do firmamento e dos movimentos dos corpos celestes (Brahe, Copérnico, Kepler, Galileu), dos Principia de Newton, que introduziu a noção de “leis”, ainda estamos sob o signo da filosofia, que perdurará até ao iluminismo. No século XVIII, Lavoisier rejeitaria o ápodo de filósofo, tal como Newton, na sua idade mais avançada, ao estabelecer o conceito de leis que governam os fenómenos microscópicos (Physicks), se não reconhecera como filósofo. Em 1666 funda-se em Paris a Academia das Ciências; o título deixa cair a vetusta designação de Filosofia. A ciência inicia o seu percurso triunfal, sob as vestes que lhe são próprias, sem ter de recorrer à toga e aos coturnos da tradição greco-romana. Não se revê na Filosofia, pela qual nutre já indisfarçável desconfiança, quando não apoucante sarcasmo; e a muitos parece que neste processo de individuação e afirmação, à dispensa da ligação matrilinear com a filosofia se pode (e deve)



Sem título [conhecida como Ponte levadiça]
Giovanni Battista Piranesi, 1760
Série *Le Carceri d'Invenzione*, pl. VII.

* Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, detentor da cátedra UNESCO



Relatividade

M. C. Escher, 1953
Xilogravura

seguir a separação – rejeição da religião. Se Newton precisava dela, o positivismo cientocêntrico não vê necessidade de algo que não é racionalmente demonstrável, mensurável com rigor e reproduzível pela experiência.

2. Como se define hoje a ciência

A imagem da ciência, hoje generalizada, está indissoluvelmente ligada à metodologia a que recorre: observação ou experimentação, confirmação ou rejeição de hipóteses de trabalho (racional e baseadas em contributos anteriores), o rigor, ausência de viés, abolição de subjetividade. Nesse sentido, o nosso contemporâneo Stephen Hawking opina que “De facto, redefinimos o papel da ciência como sendo a descoberta de leis que nos permitam prever os acontecimentos, até aos limites impostos pelo princípio da incerteza”. Ou, no dizer da Enciclopédia Britânica, “uma actividade intelectual relativa ao mundo físico e seus fenómenos, exigindo observação não enviesada e experimentação sistemática”. Acrescenta que em geral ainda se tratará de procurar o conhecimento de verdades gerais ou do modo operativo de leis fundamentais.

Este entendimento levou, fatalmente, ao reducionismo de que faz eco o grande físico, Lord Kelvin, ao afirmar que “Se aquilo a que se refere pode ser medido e expresso em números, então você sabe algo acerca disso; mas quando não pode medir nem exprimir em números, o seu conhecimento é magro e insatisfatório; poderá ser o início do conhecimento, mas no seu raciocínio, você ainda não chegou ao estado da ciência”. Mais radical ainda, outro famoso físico, Rutherford, cunhou uma frase clássica: “toda a ciência é física ou então filatelia”. Nem

Kelvin nem Rutherford parecem ter estado “cientes” do que o seu contemporâneo e igualmente físico genial, James Maxwell, pensava: “A verdade científica deve ser apresentada sob formas diversas, e deve ser considerada como igualmente científica, quer apareça na forma robusta e na cor viva de uma ilustração física, quer sob o aspeto ténue e pálido de uma expressão simbólica”. É óbvio que esta última asserção não é partilhada pela maioria dos cientistas.

Deixemos bem claro: para a maioria dos cientistas e, por extensão, para vastas camadas da população, mormente para as que se identificam como portadoras e geradoras da cultura, a ciência não partilha métodos nem objetivos com as humanidades; e, em geral, os cientistas olham com desconfiança, senão com desprezo ou, pelo menos, depreciação a missão e trabalho dos cultores das humanidades, com particular distanciação dos filósofos.

3. Terá de ser assim?

A dicotomia ciência/humanidades, argumentamos, não tem fundamentação empírica e carece de apoio doutrinal. Em nosso entender, caiu-se num logro, explicado, ao menos em parte, pelos espetaculares progressos da tecnociência, obtidos através de métodos não adequados para as ciências do espírito ou humanidades (para usarmos as clássicas terminologias germânica e gaulesa). Para demonstrar a existência do bóson foi necessário recorrer a complicadas, dispendiosas e demoradas experiências; Kant ou Agostinho de Hipona são, neste aspeto, inúteis ou até descartáveis. Todavia, estes argumentos são unilaterais e só cobrem parte do terreno intelectual a considerar: sem a contribuição dos filósofos não saberiam os físicos raciocinar, procurar estabelecer causalidades, desbravar caminhos para romper pesados véus de preconceitos, ignorância e crença em falsos ídolos e acabar por entrever a augusta face da verdade.

Há sinais animadores do crescente interesse e do reconhecimento da valia das humanidades nas ciências experimentais: Jacob, Monod, Changeux têm-se arriscado a entrar na liça da filosofia e a defender (com relativo êxito, que aqui não nos compete avaliar) a ereção de uma terceira cultura, campo fértil a ser lavrado por cientistas e filósofos, ou terra de ninguém, mantida em pousio pela indiferença e oculta animosidade de ambas as partes – a primeira hipótese seria a mais proveitosa para a sociedade.

Parece-nos necessário ir mais além e apresentar propostas de passagem à prática. O ponto de partida é o de que, respeitadas embora as marcadas diferenças existentes e bem conhecidas, nada de essencial distingue a ciência das humanidades. Conhecer mais, compreender melhor, descobrir a verdade, colocar mais uma pedrinha no complexo mosaico do mundo, estas são tarefas comuns. Como bem fez notar Hans Georg Gadamer

(um filósofo!), as ciências humanas têm por objetivo final o desvelar do mundo, e, precisamente por isso, são solidárias com todas as outras ciências. É preciso que os cultores das ciências estejam cientes desta realidade e compreendam que o treino filosófico e a aprendizagem das ciências humanas só os pode ajudar nas suas tarefas. A contrapartida, será, claramente, a de os cultores das humanidades aprenderem os duros factos da realidade material, antes de se debruçarem sobre problemas da natureza e da vida. Só a interdisciplinaridade nos pode salvar de um cientificismo incapaz de encontrar a saída do labirinto e fácil presa de totalitarismos políticos e/ou económicos. Só a mesma interdisciplinaridade nos pode salvar de umas ciências humanas acantonadas num espaço rarefeito, entregues a esmiuçar temas estéreis e compartimentados, bastas vezes incorrendo em erro, por ignorância dos factos da natureza.

As acima mencionadas propostas práticas serão elaboradas, pensamos, pelos cultores dos ramos do conhecimento, mas poderão ter noções fundantes, como as que aqui se esquisam:

Respeito mútuo. Epigramas como os do Kevin ou Rutherford não seriam considerados aceitáveis, hoje em dia, mas há que caminhar no sentido de um mútuo reconhecimento da valia

do que vive e trabalha na outra área: esse respeito exige que a designação de ciência não seja requisitada apenas e apropriada em exclusivo pelos cultores dos factos e dos números.

Esforço de aprendizagem. Numa era de avassaladora emergência da tecnologia no viver quotidiano, compreende-se que no ensino universal se dê maior relevo às “ciências” do que às “humanidades”; mas o desapego por estas e o ato de as relegar para o limbo das disciplinas opcionais, ou até de não lhes conceder presença curricular, é um assustador sinal de barbárie institucional e terá, sem dúvida, funestas consequências.

Estabelecimento de pontes e tópicos de diálogo. Se Schopenhauer pode concorrer com um seu trabalho a um prémio científico (e ganhar!), se Zubiri escutou as lições de Schrödinger e Heisenberg e Einstein antes de se atrever a elaborar doutrina sobre matéria e energia, muitos cientistas da natureza têm sido leitores de pensadores exigentes, como Kant, Gadamer ou Ricoeur. Uns e outros entenderam, assim, como os factos apreensíveis são importantes e limitados. Como disse Peter Holtz, um farmacologista genial, autor de vasta e inovadora obra baseada em factos, “a ciência só começa quanto pensamos sobre os factos e os tentamos ajustar a outros factos, mas também às ideias”. ■

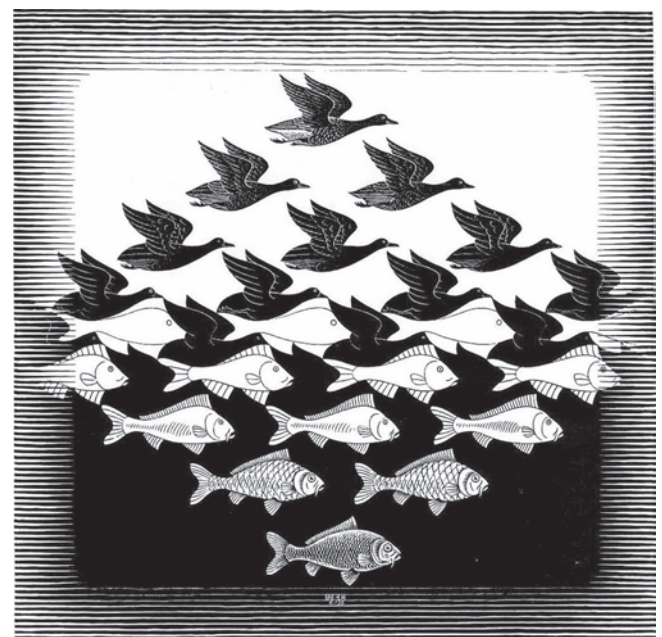
M. C. ESCHER

Maria Isabel Roque

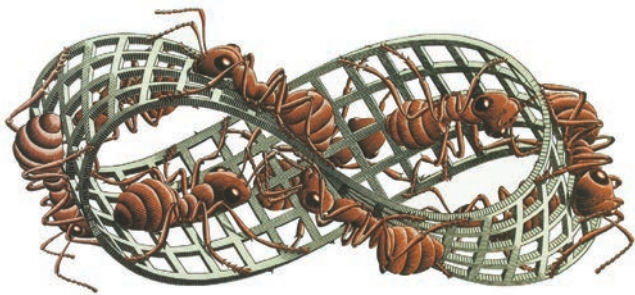
Mauritus Cornelis Escher (1898-1972) desenvolveu uma vasta obra gráfica, sobretudo em xilografia e litografia, a partir de conceitos matemáticos. Com uma notória perícia técnica no âmbito da gravura, Escher subverteu os princípios clássicos da perspectiva para criar estruturas impossíveis. Em sintonia com os princípios de rutura da arte contemporânea, encontrou um novo campo de inspiração na inevitável contradição entre a bidimensionalidade do papel ou da tela e a realidade tridimensional. Influenciado pelo ritmo dos padrões geométricos, Escher desconstrói-lhes a previsibilidade, acrescentando-lhes movimentos de translação, rotação, reflexão, ou seja, transformações isométricas que permitem movimentar a figura no espaço.

Influenciado pela arte islâmica e, em particular, pelo geometrismo da decoração azulejar, algumas das composições de Escher derivam da divisão regular do plano numa matriz em que se inserem figuras que se repetem e transfiguram.

Em *Céu e água I*, cria um padrão losangular imbricado, para criar uma sequência intercambiante de peixe-pássaro, através do uso do positivo e negativo e da aplicação dos conceitos de forma e fundo. No primeiro registo, os peixes destacam-se a branco



Céu e Água I
M. C. Escher, 1938
Xilografia



Fita de Moebius II
M. C. Escher, 1963
Xilogravura em vermelho, preto e verde

sobre o fundo negro, estilizando-se no sentido ascendente para, sensivelmente a meio, se salientarem os pássaros a negro sobre o fundo branco, corporizando-se com detalhes cada vez mais precisos à medida que se aproximam do topo.

Nas construções impossíveis, Escher cria uma aparência verosímil através de uma ilusão visual: à primeira vista, não são evidentes as divergências entre os seus trabalhos e as gravuras de temática arquitetónica clássica de Piranesi, dado que a capacidade de perceção visual adapta a imagem recebida pela retina a uma

configuração real. Exige, por isso, um exercício de verificação para identificar as improbabilidades. Na *Relatividade*¹, as pessoas sobem e descem simultaneamente numa complexa estrutura de degraus que se elabora como um circuito infinito. O desenho pode ser virado em qualquer direção sem perder a (in-)coerência.

O sistema é idêntico nas obras *Fita de Moebius I* e *II*, onde recriou a faixa desenvolvida pelo matemático alemão Augustus Möbius (1790-1868), um espaço topológico obtido a partir da colagem de duas extremidades de uma fita após efetuar meia torção numa delas. Em *Fita de Moebius II*, Escher inseriu nove formigas que, aparentemente, circulam pelos dois lados da fita, como se esta tivesse apenas uma superfície.

Enquanto a comunidade científica acolheu as construções de Escher como uma ilustração de conceitos matemáticos, a crítica de arte tendeu a relevá-las como meros formalismos e exercícios geométricos. Ultrapassando os princípios da geometria euclidiana e explorando novas vias da criatividade, um dos inegáveis méritos da sua obra foi o diálogo que estabeleceu entre a linguagem racional e a linguagem estética, entre matemática e arte. ■

¹ Ver imagem p. 4.

DA REPRESENTAÇÃO DOS CORPOS CELESTES

Arte e Ciência do Observatório Astronómico de Lisboa

Pedro Marques de Abreu

DeSiderium>

*Que fazes tu no céu, ó lua, diz-me o que fazes,
silenciosa lua?*

*Ergues-te à noite e caminhas,
contemplando os desertos; em seguida repousas.*

*Não estás cansada ainda
de percorrer os mesmos eternos caminhos?
Não te enfadaste ainda, ainda te apetece
olhar estes vales?*

*Com a tua vida se parece
a vida do pastor.*

*Ergue-se aos primeiros alvares;
conduz o rebanho pela planície e vê
rebanhos, fontes e ervas;
depois, cansado, deita-se quando a noite chega:
mais nada espera.*

*Diz-me, ó lua: de que serve
ao pastor a sua vida,*

*a vós a vossa vida? Diz-me: onde leva
esta minha errância breve,
o teu curso imortal?*

[...]

*Muitas vezes, quando te vejo
assim muda sobre a planície deserta
que em seu círculo distante com o céu confina;
ou conduzindo o meu rebanho
me segues passo a passo,
e quando as estrelas vejo arder no céu,
digo entre mim, pensando:
para quê tantas luzes?*

*O que faz o espaço infinito e o profundo
Céu sereno? Que significa
esta solidão imensa? E eu, que sou?*¹

¹ Leopardi Giacomo – Canto nocturno de um pastor errante da Ásia; trad. de Albano Martins. In Leopardi, G. – *Cantos*. Lisboa: Vega, s.d.

Desejo: do latim, *de-siderium*, proveniente ou caído do céu². Assim se explica como a Poesia, a Arte e, no fundo, todas as iniciativas intrinsecamente humanas – enquanto dependentes desta procura de céu ou de ideal – estejam correlacionadas com o espaço sideral.

Desde sempre a contemplação dos astros suscitou no homem a pergunta sobre si mesmo e sobre o seu destino (como bem o atesta o poema de Leopardi transcrito). Na solidão da noite – noite em que trabalham os astrónomos e os poetas – o relampejar luminoso daqueles pequenos corpúsculos que povoam o céu parece ser a companhia e o lenitivo – sustentáculo – para o coração inquieto do homem: para o coração a quem a simples materialidade das coisas não satisfaz, para quem a resolução das urgências dos instintos não é suficiente. Desse flamejar rutilante escapa uma sensação de mistério, sensação que, no fundo, paradoxalmente, ao invés de assustar, alimenta, conforta, eleva até: aquele que olha mais para cima parece estar mais acima. Desse desejo de céu se projeta a Poesia e a Arte, mas também aí se revela a essência do Eu.

Diz Saramago (na introdução de um conto de Sophia de Mello Breyner, também ele estrelar – *Os três reis do Oriente*):

«Todos os homens caminham na noite, mas é o terrível privilégio do poeta sabê-lo melhor que ninguém. Ou sabê-lo de um saber mais agudo, como aquele que tendo morrido e ressuscitado, sabe melhor o que é a vida porque soube já o que é a morte. Daí se entende o afã e a obstinação do poeta quando em cada poema vai pendurando estrelas: tudo maneiras de iluminar o negro opaco do caminho por onde se alonga o velho cortejo dos homens. Dir-se-á que isto de estrelas é já bordão cansado do arsenal poético. Será. Mas então também as rosas, a esperança e o amor (porque não?) [...] Talvez pouco tempo reste ao poeta para cantar e ser ouvido, talvez amanhã lhe esteja reservado o papel (e o martírio) do mágico, do bruxo, do herético, do bicho nocivo. [...] Não importa. Vá o poeta dependurando estrelas e acreditando nelas. E apostemos que noutra tempo e noutra planeta, a mil anos de agora, e longe daqui cem anos-luz, envolvido nas trevas de um mundo que começa, um homem com as nossas feições, herdeiro que supõe ter desprezado a herança, começará o seu poema, com as exactas palavras do eco que ele não reconhece: “Eu caminhei na noite”. Então será outra vez o tempo das rosas e das estrelas. O tempo da esperança. O tempo do amor.»³

² *Desiderium*, derivado mediatamente de *sidus*, por provável influência de *considero*, de tal modo que, enquanto este significa *examinar*, *desidero* significa *deixar de ver*, *verificar a ausência de e*, a partir daí, *lamentar a ausência*, *procurar*, *desejar* (Ernout, A.; Meillet, A. – *Dictionnaire étymologique de la Langue Latine* (4.ª edição). Paris: Klincksieck, 1985; *sub voce sidus, eris*). (Informação gentilmente prestada pelo professor Mário Jorge de Carvalho).

³ Saramago, José – Prólogo. In Andresen, Sophia de Mello Breyner – *Os três reis do Oriente*. Lisboa: Estúdios Cor, 1965. P. 7-8.

Desde sempre, portanto, o olhar “sobre” os céus foi importante. E talvez assim tenham nascido os Observatórios astronómicos – para que o Homem, compreendendo os céus, se compreendesse a si, e aprendesse a inscrever-se tempestivamente na trajetória do seu destino.

>Têleskopos<

Telescópio: trata-se de um neologismo constituído a partir do grego; o prefixo (têle-) significa ao longe, de longe, à distância; o radical (skopos, skopeo), olhar atentamente, observar, examinar. O vocábulo composto significa qualquer coisa como ver ao longe ou algo equivalente. O neologismo, depois divulgado por via italiana, exprime a ideia de um instrumento para ver de longe ou à distância⁴.

A coisa e o nome são modernos⁵. Não “modernos” no sentido de serem recentes – é sabido que o telescópio é uma invenção holandesa (ou italiana) de finais do século XVI, depois aperfeiçoada e usada extensivamente em observações astronómicas por Galileu Galilei (o “nome” é formulado só em 1611, na *Accademia dei Lincei* em Roma)⁶. Mas também não “modernos”, unicamente, enquanto pertencentes à época Moderna. Afirmando a modernidade do telescópio quer-se traduzir a sua inscrição numa mundividência – o telescópio é, de algum modo, o objeto que engendrou o nosso tempo⁷.

O telescópio é o primeiro instrumento que potencia um órgão sensitivo humano ao ponto de as perceções realizadas por meio dele serem discrepantes relativamente às imagens obtidas sem o seu auxílio – por exemplo, com o telescópio, as estrelas são vistas na sua real dimensão, sem o halo que têm a olho-nu; e, em Saturno, Galileu vislumbrou umas protuberâncias laterais, completamente desconformes à imagem esférica que antes se tinha do planeta, e que mais tarde se veio a saber corresponderem aos anéis. Este evento introduzirá uma revolução (gradual) na compreensão que o homem tinha de si e da realidade. Antes acreditava-se que a observação mais fidedigna era aquela em que nada se interpunha entre o objeto observado e o seu observador. O telescópio, nos seus sucessivos melhoramentos (e seguramente muito devido ao esclarecedor contributo de Kepler sobre a lógica do funcionamento ótico, dissipando dúvidas acerca do possível carácter ilusório das imagens por esse geradas⁸), induzirá a discorrer que a realidade é mais bem compreendida através de instrumentos. Ora isso irá perniciosamente infetar

⁴ Houaiss – Dicionário, *voce* Telescópio. Acrescentado por Mário Jorge de Carvalho.

⁵ Viollet-Le-Duc, de E. – *Dictionnaire raisonné de l'architecture, voce* Restauration.

⁶ Leitão, Henrique – Estudo Introdutório de Galileu Galilei – *Sidereus Nuncius*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. P. 29-54 e 113-114.

⁷ No que aqui dissermos sobre este assunto seguiremos o pensamento de Arendt, Hannah – *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio d'Água, 2001. P. 311-354.

⁸ Kepler – *Dioptrice*. Augsburg, 1611. (Cit. in Leitão, *op. cit.* in nota 6).

com dúvida todas as observações anteriormente feitas e, mais dramático ainda, todas as observações que são feitas sem o auxílio de instrumentos. Assim, de uma assentada, se destituiu de validade o património anterior de conhecimento da realidade física – e, por contágio, a História e a Tradição – e o próprio senso comum; eu já não posso confiar no conhecimento legado pelas gerações anteriores; eu não posso sequer confiar nos meus próprios órgãos dos sentidos; doravante poderei apenas confiar num seletor conjunto de indivíduos: aqueles que manejam os instrumentos científicos – uma nova classe de eleitos: os novos oráculos de deus. E assim se constitui o terreno propício para o germinar da dúvida sistemática cartesiana, que se generalizou a todo o pensamento contemporâneo, científico ou não⁹. Por outro lado, apontando o telescópio ao espaço sideral Galileu irá anotar e divulgar uma substancial semelhança entre a Terra e os céus – a Lua tem montes e vales como a Terra, Júpiter tem luas como a Terra, e Vénus, porque tem fases como a Lua, gira necessariamente em torno do sol (o que favorecia a tese do heliocentrismo – ainda não provada¹⁰ – que retirava a Terra do lugar privilegiado que antes ocupava). Obterá assim o esbatiamento de uma dicotomia constitutiva de todo o pensamento, desde os tempos arcaicos¹¹, e uma dicotomia estruturante do pensamento do Homem perante si mesmo e o Mundo¹².

O feito de aproximação dos corpos celestes realizado pelo telescópio não é, então, isento de consequências ao nível da vida dos homens. Os observatórios astronómicos existiram muito antes da invenção do telescópio: Stonehenge, os zigurates da Babilónia, as pirâmides maias e incas, os sucessivos observatórios de Alexandria, os observatórios chineses e árabes, até ao de Ticho Brahe... Contudo, na história dos Observatórios, nota-se uma fratura clara entre o antes e depois do telescópio. Até à implementação do telescópio, da observação dos astros retiravam-se implicações qualitativas, existenciais, poéticas, metafísicas. No grau mínimo e mais generalizado de influência, as estrelas suscitavam nos homens pelo menos o sentido do mistério: uma pergunta semelhante à do *Pastor Errante* de Leopardi¹³... A difusão do telescópio, germe da invenção e generalização da mundividência dita científica,



Figura 1. Observatório Astronómico de Lisboa no início do século XX (fotografia de autor desconhecido, arquivo OAL).

operou uma redução da realidade¹⁴. Tornando os astros como que mais acessíveis, tocáveis pela mão, o telescópio retira-lhes o mistério que a distância lhes concedia. E retirando-lhes o mistério retira-lhes a significância, a interferência num mundo puramente humano. Com o telescópio as estrelas já não são contempladas; são medidas e analisadas nos seus constituintes físicos e químicos. Este movimento de aproximação e redução é porventura o cunho fundamental da Época Moderna e Contemporânea¹⁵, na medida em que a aproximação dos objetos observados os coloca sob o domínio do homem, sobre o seu controlo, possibilitando e acompanhando tendências como o antropocentrismo, primeiro e depois, pela contaminação da dúvida, o egocentrismo¹⁶. Durante o século XIX, no momento apoteótico desta mentalidade – com o positivismo e o cientismo –, aquele olhar quantificador e dominante que deriva do uso do telescópio faz-se crer capaz de resolver todos os problemas do Homem, emerge com prerrogativas salvíficas, quase a substituir-se à Religião. Os observatórios astronómicos – como o Observatório Astronómico de Lisboa – os laboratórios – como o Laboratório Chimico da Escola Politécnica – as salas de anatomia, são os santuários dessa nova religião. E a eles acorrem não apenas os seus sacerdotes – os cientistas – mas toda a sociedade bem pensante de então, que não declinasse inscrever-se no espírito do tempo. (O OAL participa inequivocamente deste pendor cultural – desde a sua entrada em funcionamento é intensamente visitado

⁹ Para uma apresentação mais circunstanciada do essencial desta tese veja-se Hannah Arendt, *op.cit.* à nota 7.

¹⁰ A tese do heliocentrismo – ou melhor, de que a Terra se movia em torno do sol – só poderia ser provada pela observação de paralaxes estelares (campos estelares diferentes em observações de estrelas a média distância em épocas diferentes do ano). Galileu sabia-o mas nunca conseguiu realizar essas observações comprovativas, por os seus instrumentos não terem o grau de precisão suficiente.

¹¹ Veja-se, por exemplo, Eliade, Mircea – *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil, 1999. *Passim*.

¹² Recorde-se por exemplo a comparência em Heidegger dos termos *céu* e *terra* como referentes do pensamento e da acção humanas; por exemplo em a *Origem da Obra de Arte, Construir, Habitar, Pensar, Poeticamente o Homem Habita*.

¹³ Veja-se nota 1.

¹⁴ Del Noce, Augusto – *Agonia de la sociedad opulenta*. Pamplona: Eunsa, 1979. P. 135-146.

¹⁵ «Em “História Literária e Modernidade Literária”, De Man fixa-se num tipo particular de esquecimento como parte da experiência essencial da modernidade. Ele convida-nos a considerar “a ideia de modernidade” como consistindo num “desejo de apagar tudo o que veio antes, na esperança de atingir finalmente o ponto a que se chamaria presente verdadeiro, um ponto de origem que marcaria um novo começo. Esta combinação entre esquecimento deliberado e uma acção que é também um novo começo capta o essencial da ideia de modernidade” (P. De Man – «Literary History and Literary Modernity» in Daedalus, 99 (1970, pp. 384-404)). (in Connerton, Paul – *Como as sociedades recordam*. (Primeira edição: Cambridge University Press, 1989.) Oeiras: Celta Editores, 1999. P. 71).

¹⁶ Hannah Arendt, *op. cit.* na nota 7, especialmente pp. 325-350.

pelas mais variadas pessoas, como atesta o seu livro de visitas; várias fotografias de finais do século XIX e inícios do século XX mostram mulheres e crianças acompanhadas por homens que não aparentam especial afinidade com o mundo da Astronomia, em passeio nas imediações do OAL [figura 1].) Contudo, o reconhecimento pelas gentes de então deste protagonismo – e a identificação hoje do carácter simbólico (ou monumental) que esses edifícios têm relativamente à sua época – não podia ficar entregue estritamente à sua função: requeria a Arquitetura.

<Monumentum

Monumento: do latim *monumentum*; gerúndio do verbo *moneo*, que significa lembrar, num sentido imperativo ou apelativo – pode ser traduzido por “fazer recordar”, “chamar a atenção”, “advertir”, “exortar”; às vezes mesmo “anunciar”¹⁷. Monumento será portanto aquilo que lembra ou aquilo que vai lembrando, o agente de um “lembra-te!” interpelativo.

O verbo *moneo* procede do radical indo-europeu *men*, de onde vem a palavra *memini* (memória)¹⁸, tal como aquelas de que derivam “mente” e “mental” e, em algumas línguas, o próprio termo com que se refere ‘homem’ (“man”, “men”, em inglês...). Assim se pode dizer que a essência do monumento é a ‘memória’; mas é conveniente sublinhar que o termo ‘memória’, na sua génese, era entendido como algo de essencial no homem. A identidade dos seres humanos é constituída pelas suas memórias: eu sou a memória das minhas experiências; essas memórias determinam os meus sonhos, os meus pensamentos, as minhas decisões, as minhas esperanças...¹⁹

O monumento atua como símbolo, entidade objetiva que veicula uma mensagem passível de repercussão subjetiva. O monumento é a realidade material que acolhe, preserva e presentifica essas mensagens; ele externaliza para o mundo físico o conteúdo mental da Memória, sem o que esta, apenas entregue à biologia cerebral, soçobraria²⁰. De uma forma misteriosa o monumento como que ativa a consciência de discretos momentos passados, pela indução de movimentos e sentimentos que convergem no significado vital de uma experiência pretérita – agora reatualizada, consciencializada, aprofundada – ele opera como uma “máquina do tempo”.

A presentificação dos astros e dos seus efeitos ativantes de humanidade (enquanto qualidade *do* humano), a introdução

ao sentido do Mistério, precisa de monumentos. Mas não é qualquer objeto que consegue esse efeito. O cumprimento do efeito monumental exige modalidades de ação peculiares: o monumento convoca a Memória – portanto a sua modalidade de ação não é passiva – e a mensagem que transmite tem um teor tal que interfere no quadro da vida puramente humana – aí o seu valor existencial, a sua utilidade vivencial. Ora a natureza dos objetos que produzem este efeito impõe processos genéticos específicos: para que o objeto participe no Eu – como acontece com o monumento – parece ser necessário que, logo no seu processo de produção, aconteça a participação *do* Eu. Esse modo de produção chama-se poético (ou artístico) e os seus produtos são Arte. Na Arte não basta o movimento de extrinsecação comum a todos os modos de produção (técnica ou poética); é exigido o movimento prévio da intrinsecação (tornar a coisa co-essencial ao meu Eu), que é apanágio exclusivo da produção poética. Por isso o monumento tem que ser arquitetura. A homologia corrente que existe entre os dois termos tem aqui a sua justificação.

Isso mesmo se verifica no OAL – o efeito monumental, passado e atual, decorre de ter sido feito como Arquitetura, com Arte, com preocupações que excedem o puramente técnico; o OAL não nasceu como puro instrumento para levar a cabo uma tarefa (ainda que altamente considerada). O que a história do processo arquitetónico do OAL demonstra – quando comparada com outras, de seus semelhantes – é que a perenidade do seu valor decorre do modo de produção poético.

Modernidade do OAL

OAL: Observatório Astronómico de Lisboa. O OAL é um fruto e um símbolo do clima cultural que procurámos desenhar falando da mundividência inaugurada e difundida pelo telescópio. Mas a sua competência simbólica não decorre daí, pelo contrário, é da atitude que se radica na noção de *desiderium* que brota o seu ser monumento e a sua presença significante até aos nossos dias. Não é o testemunho das atividades científicas que nele tiveram lugar o que primeiro lhe garante a repercussão cultural e o lugar de exceção que ocupa entre os seus congéneres²¹, mas sim a energia da sua arquitetura – ao veicular e presentificar eficazmente a men-

¹⁷ Seguiremos quanto à etimologia de monumento, e quanto ao significado de *moneo* o dicionário de Félix Gaffiot (Gaffiot, Félix – *Dictionnaire illustré Latin-Français*. Paris. Hachette, 1934).

¹⁸ Confronte-se com Le Goff, Jacques – «Documento/Monumento» in *Enciclopédia Einaudi* vol. 1 (*Memória-História*). Lisboa: INCM, 1984. P. 95-106.

¹⁹ Santo Agostinho – *Confissões*, passim, mas especialmente livro X.

²⁰ Veja-se Arendt, Hannah – *A condição Humana*, p. 210 e Mansuelli, G. A. – *Les civilisations de l'Europe ancienne*. Paris: Arthaud, 1967. Cit in Le Goff – «Memória» in *Enciclopédia Einaudi* vol. 1, (*Memória-História*) Lisboa: INCM, 1984. P. 46.

²¹ Veja-se Clercq, Steven de, et al. – “Greenwich on the river Tágus” “Ajuda”, *the Astronomical Observatory of Lisbon* (6 September 2007).

O Observatório de Nice, sendo pouco mais recente e projetado por um arquiteto de renome (Tony Garnier, arquiteto da Ópera de Paris) prescindiu de uma articulação estreita entre a sua função e a sua arquitetura, tendo esta sido reduzida a mera decoradora dos exteriores e ficando os espaços interiores exclusivamente determinados pelo instrumento que abrigavam. Isso fez com que hoje, perdido o uso dos instrumentos, os interiores sejam sentidos como inóspitos, impróprios para qualquer uso e com um carácter estritamente documental e os exteriores surjam bacocos. (Para os dados históricos relativos às vicissitudes da arquitetura do Observatório de Nice veja-se Tully, François Le Guet – Charles Garnier et l’observatoire de Nice in *Revue du Musée des arts et métiers*, n.º 36, 2002, pp. 45-52).

talidade que o fez nascer e uma série de qualidades eminentemente humanas, relativas à experiência da casa e do templo. Quem nada soubesse sobre o que ali se fez continuaria a vibrar interiormente ao percorrê-lo: porque ali tem lugar uma peculiar experiência de acolhimento que leva ao recolhimento, experiência que é imanente à arquitetura. A arquitetura do OAL induz ao sentido do mistério.

O OAL surge para resolver uma polémica científica acerca da paralaxe de algumas estrelas – dado imprescindível para corresponder à pretensão cientísta imperante de cartografar os céus e tirar as medidas ao Universo²². Essa é a sua história explícita, mas há uma *intra*-história: ele é construído recuperando referências arquitetónicas que mais têm a ver com o espaço sagrado do que com o dispositivo funcional que deveria ser um observatório astronómico; recorre, além disso, a intenções e estratégias compositivas muito longínquas do espírito positivista²³.

Ao longo das três fases do projeto a comissão responsável nomeada pelo rei (em que sobressai Filipe Folque, importante personagem do panorama académico-científico nacional, professor de D. Pedro V, também ele seriamente implicado na iniciativa) pede por duas vezes ao arquiteto Jean Colson, (arquiteto francês a trabalhar em Portugal) para incrementar o carácter monumental da obra. “Mais monumentalidade” diz o pronunciamento da Comissão sobre o primeiro estudo; e depois antepõe várias chamadas de atenção relativas principalmente à substância estética da arquitetura: solicita a inversão da orientação do edifício, de modo a evitar um feio pára-sol de madeira (copiado do Observatório de Pulkova) e a valorizar a vista do Tejo; reclama tetos mais altos e platibandas em vez de beirados... O projeto evolui gradualmente, de uma imagem discreta e coloquial – quase popular –, para outra, áulica e classicista [figuras 2, 3 e 4]. (Algo de parecido aliás se passara com Pulkova, onde um projeto mais funcional mas de traços neogóticos fora preterido por outro que recorria à linguagem clássica – por se achar esta mais consone à atmosfera “racionalista” – diríamos nós – pretendida.) A fisionomia de templo grego é assim consistentemente invocada ao longo de todo historial formativo do Observatório de Lisboa; e é também isso que se experimenta na *quinestesia*²⁴ induzida pelos seus espaços: ao longo da viagem pelo OAL mergulha-se no indizível silêncio das coisas infinitas.

A implantação do OAL, num patamar desafogado a meia encosta, naquilo que se chama uma “crista militar” concede-lhe

uma extraordinária visibilidade [figura 5]. Essa apelativa situação é análoga à de certas arquiteturas que adquirem um eco simbólico, como os castelos ou alguns santuários (a Acrópole de Atenas,

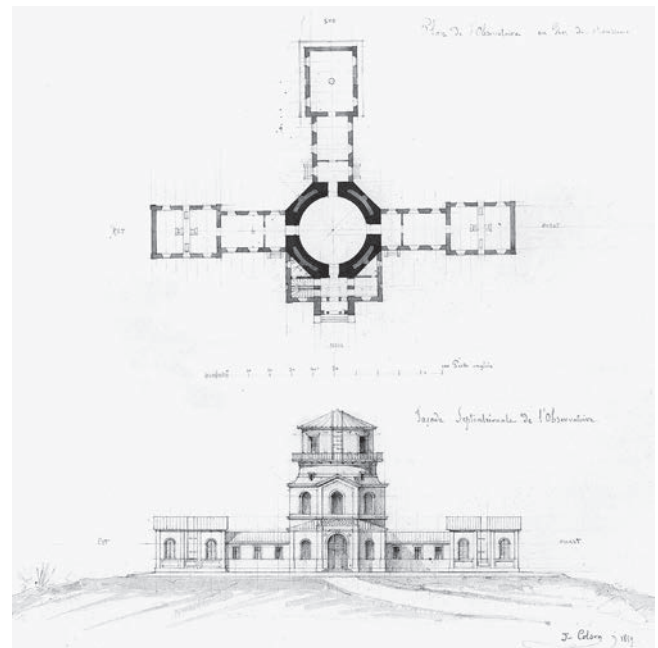


Figura 2. Primeiro estudo de J. Colson para o Observatório Astronómico de Lisboa (Arquivo OAL).

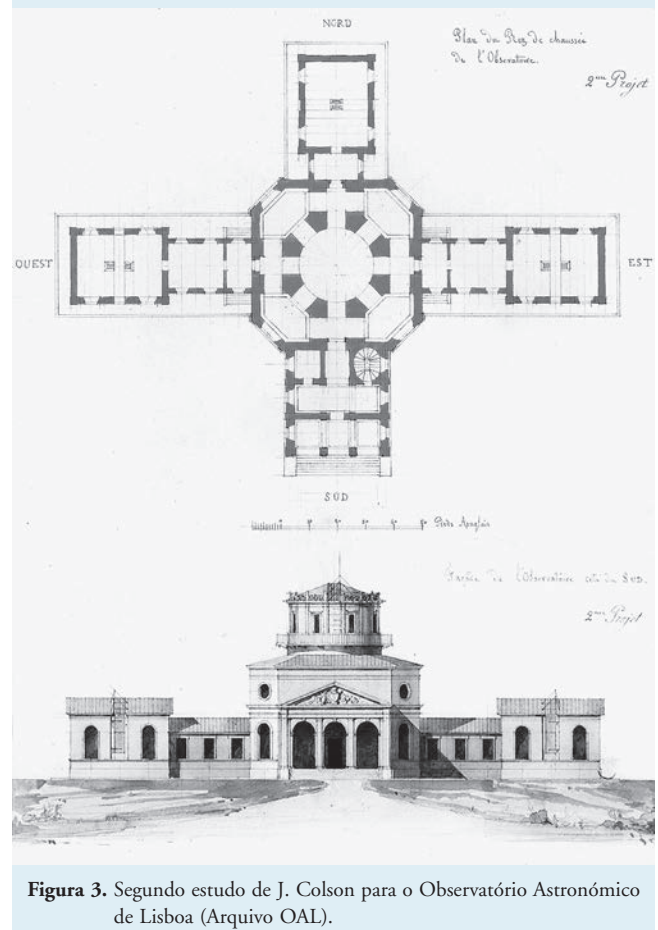


Figura 3. Segundo estudo de J. Colson para o Observatório Astronómico de Lisboa (Arquivo OAL).

²² Hirshfeld, Alan W. – *Parallax, the race to measure the Cosmos*. New York: W. H. Freeman and Company, 2001.

²³ No que dissermos a seguir recuperaremos informação mais detalhadamente apresentada no nosso artigo “Um Templo para a Ciência: o Observatório Astronómico de Lisboa”.

²⁴ Veja-se Husserl: “o Lugar [e portanto também a arquitetura] é percebido através da *quinestesia* [perceção do movimento] pela qual o carácter do lugar é *optimalmente experimentado*” (“Der Ort ist verwirklicht durch die Kinästhesie, in der das Was des Ortes optimal erfahren ist”); citado de um manuscrito de 1932 in Claessens – *Edmund Husserls Theorie*, p. 82.

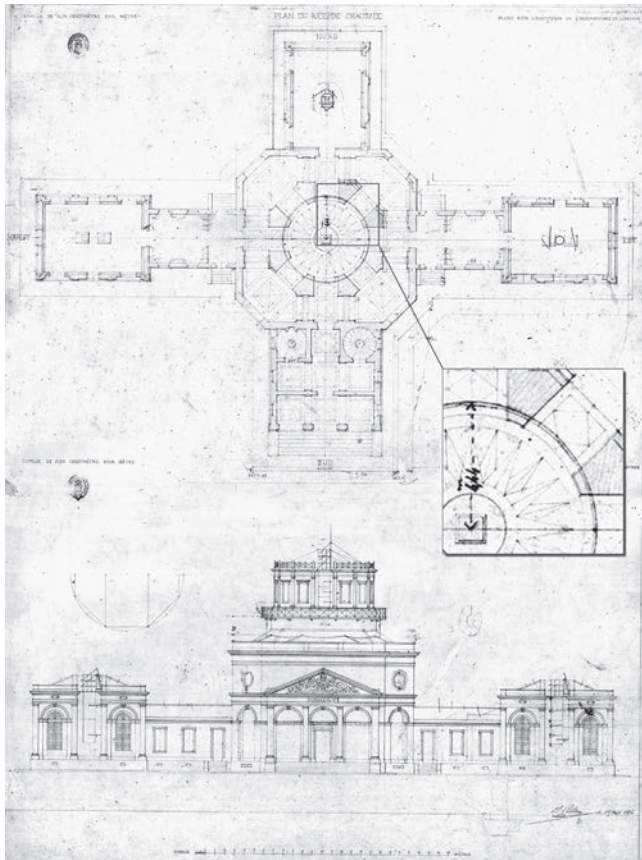


Figura 4. Projeto de Execução de J. Colson para o Observatório Astronómico de Lisboa (Arquivo OAL).



Figura 6. Pórtico do OAL (fotografia de Rita Batista).

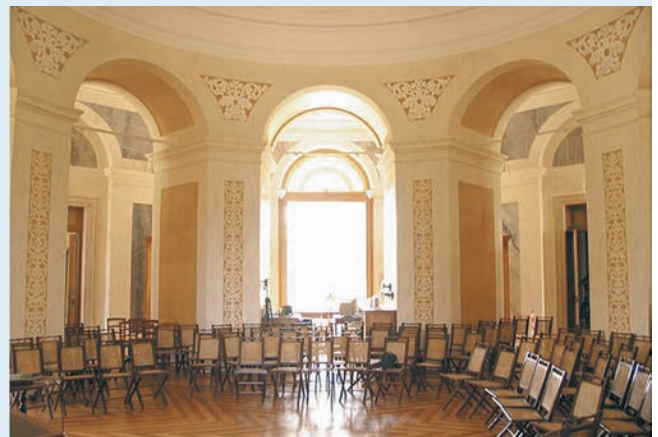


Figura 7. Sala Central do OAL (fotografia de Rita Batista).



Figura 5. Observatório Astronómico de Lisboa no início do século XX visto da margem sul do Tejo (fotografia de autor desconhecido, arquivo OAL).



Figura 8. Abóbada da Sala Central do OAL (fotografia de Rita Batista)

Figura 9. Sala Central do OAL, vista para as Salas de Observação (fotografia de Rita Batista).

por exemplo). O equilíbrio e serenidade da sua forma – sensível quer na disposição radial e centrífuga da planimetria, quer na silhueta isósceles – emanam também uma sugestão clássica e templar. A entrada porticada é-o explicitamente [figura 6]. E se aceitarmos o convite da implantação e do pórtico seremos levados a experimentar uma estrutura de percursos que, muito embora diferente no desenho, é substancialmente coincidente,

na ambiência, com a de um templo antigo: ultrapassadas as pesadas portas, entramos em algo que se poderia descrever como um *stoa* cupulado, rasgado radialmente num peristilo ou sala hipostila, que se expande ainda, centrífugamente, em eixos estreitos e escuros (que já não convidam ao percurso) [figuras 7, 8 e 9]. No fim destes relampejam amplas câmaras em que tomam lugar estranhos instrumentos à volta dos quais se exe-

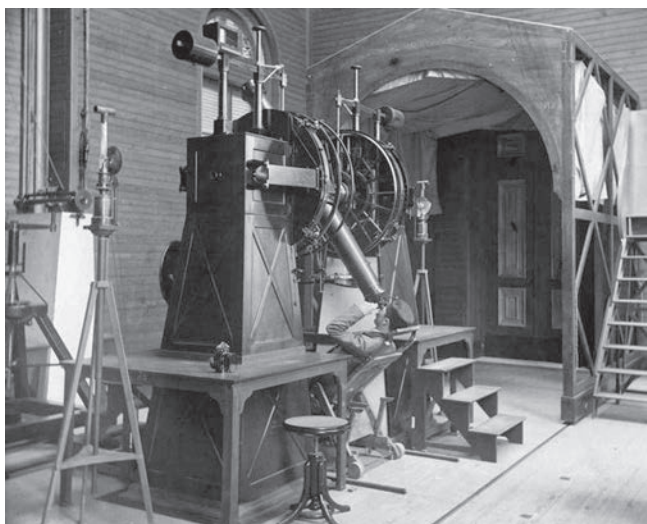


Figura 10. Sala de Observações nascente (fotografia de autor desconhecido, arquivo OAL).



Figura 11. Sala Central do OAL, vista para as Salas de Observação (fotografia de autor desconhecido, arquivo OAL).

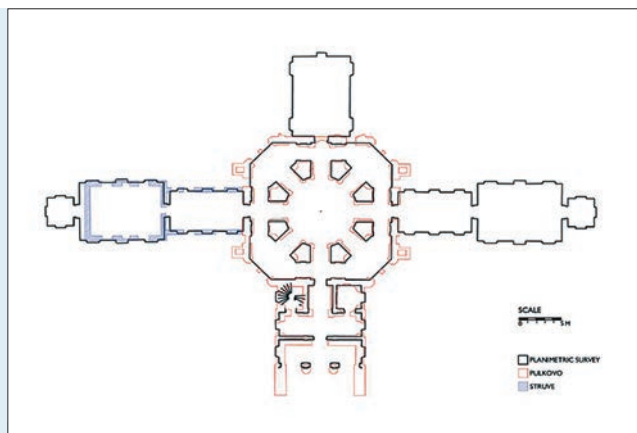


Figura 12. Análise comparativa da planimetria do Observatório Astronómico de Lisboa.

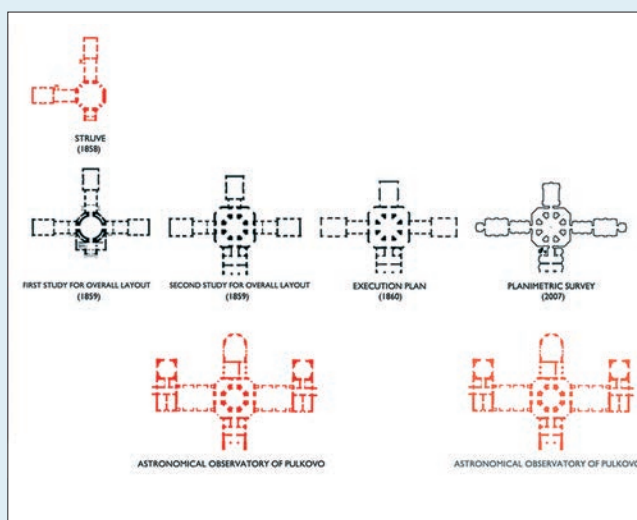


Figura 13. Diagrama da génese do OAL.

cutam operações herméticas [figura 10]. Se ousarmos penetrar nesses espaços sentir-nos-emos em transgressão, ao contrário do franco apelo que se sentia no pórtico e na sala central.

Concedendo a intersubjetividade da narrativa apresentada do percurso do Observatório, facilmente constataremos ter ela muitos paralelos com uma descrição de aproximação (e penetração) num dos templos da Acrópole de Atenas ou num templo egípcio de Karnak. Em qualquer destas conformações a situação e/ou o pórtico provocam o mesmo tipo de atração que o Observatório de Lisboa. Há depois espaços cobertos de carácter livre mas acolhedores, que suscitam recolhimento e convidam à deambulação peripatética. E, por fim, a entrada na *cela* e o acesso ao ídolo, não obstante justificar e conceder suporte aos momentos anteriores de aproximação, fica reservado aos sacerdotes – função que no OAL é cumprida pelos cientistas; aos visitantes “profanos” é-lhes permitido apenas infiltrar esses espaços com o olhar [figura 11].

No OAL convivem, pois, dois tipos de espaço: aqueles que têm uma função representativa – como a entrada principal e

a sala central –, e aqueles que têm uma função técnica – que abrigam os instrumentos. A caracterização dupla dos espaços do OAL tem uma justificação histórica – o que leva a pensar que não foi inconsciente. Os compartimentos que abrigam os instrumentos decorrem principalmente do contributo de Struve – astrónomo de Pulkova que logo no início de todo o processo enviou um plano esquemático do que deveria ser o Observatório de Lisboa: um espaço exíguo determinado unicamente pelas exigências do instrumento de observação (telescópio zenital). As outras divisões rejeitam o esquema de Struve e copiam fielmente a planimetria do observatório de Pulkova (que, como vimos, busca conotações para além do puro uso) [figuras 12 e 13].

Estranhamente ou talvez não, esta duplicidade de ambiências não é contraditória – de um ponto de vista simbólico os espaços têm um funcionamento complementar: é o trabalho sofisticado e enigmático que acontece nas salas de observação que concede o suporte semântico à atmosfera nobre, elevada, quase religiosa que se respira na sala central e na fachada; por seu lado esta atmosfera introduz e apresenta a sociedade do

tempo à relevância sociocultural do misterioso trabalho que o astrónomo realiza nos seus cubículos reservados; é como que o pedestal no qual se coloca o pequeno objeto em que se quer concentrar a atenção do público.

Assim sendo os movimentos e sentimentos induzidos pela arquitetura do OAL tem no arquétipo do templo antigo o esclarecimento do seu conteúdo mnemónico: a arquitetura do OAL funciona como a de um templo pagão, apesar das diferenças morfológicas, e, por ela, o OAL é experimentado como o santuário de uma abscondita divindade hiper-humana – um Templo da Ciência. E é este ser dado a experimentar-se como templo que lhe confere monumentalidade, uma vez que a sua função explícita – a de um observatório astronómico dedicado à astronomia sideral – se perdeu no tempo; o seu predicado documental é insuficiente para justificar o seu valor presente. Não foi, portanto, o aspecto científico da sua identidade que lhe granjeou a sobrevivência, mas sim o poético.

Corpos Celestes

Perguntemos por fim: o que re-presenta melhor os céus (pois disso se tratou, afinal): a Ciência ou a Arte? Os corpos celestes recordam ao homem aquilo que ele é, simbolizam o Mistério (como vimos em Leopardi); e a sua re-presentação é condição para a Memória, primeiro, e, por ela, para a Esperança, na medida em que aquilo que podemos esperar é sempre análogo a algo que já vivemos (nesse sentido se expressava Saramago). Então, o que é que melhor torna presente os corpos celestes, onde perpassa melhor o sentido do Mistério: no “telescópio” ou no “monumento” que é a arquitetura do OAL?

Num insinuante conto – *Um Corpo*²⁵ – Camilo Boito expõe admiravelmente a resposta, ainda que de modo alegórico, voluntariamente indefinido, solicitando a quem o lê uma tomada de posição.

Os protagonistas são três: o artista, o cientista e a inevitável personagem feminina da mulher amada – densa de conotações simbólicas.

O artista é pintor. Tem por modelo uma mulher muito bela – Carlotta – «anima di fanciulla in corpo di Dea». Durante a execução da pintura em que figurava Carlotta, o pintor enamora-se dela, ama-a profundamente, e nesse amor é correspondido. A obra acabada espelha magnificamente o sentimento entre ambos.

Pela beleza da mulher sente-se também atraído um outro personagem – Carlos Gulz – jovem e genial anatomista, corifeu da mentalidade cientifista de finais do século XIX. Era sua pretenção determinar, mediante a investigação anatómica, as causas

²⁵ Boito, Camilo – «Un Corpo» in *Storielle vane. Tutti i racconti*. Firenze, 1970. P. 27 e seguintes. Veja-se também, Crippa, Maria Antonietta – «Boito e l'architettura dell'Italia Unita» in *Camillo Boito – Il nuovo e l'antico in Architettura*. Milano: Jaca Book, 1989. P. XXXIV e XXXV.



Figura 14. Observatório Astronómico de Lisboa no início do século XX (fotografia de autor desconhecido, arquivo OAL).

da beleza física – para aumento do conhecimento e progresso da Ciência –; e retinha ser essa uma missão a que eram devidos os maiores sacrifícios, inclusivamente de vidas humanas. Da tarefa a que havia consagrado a sua existência tinham já resultado, em tão precoce idade, duas colossais obras: *L'indole morale degli animali domestici ricercata anatomicamente* e *Anatomia Estetica*.

O anatomista sofre de uma curiosidade mórbida pela perfeição daquele corpo de mulher e deseja febrilmente escalpelizar – literalmente também – os indícios da sua formosura. Carlotta condói-se daquela malsã inclinação de Gulz por si.

A bela modelo é vítima de um acidente e morre. O seu corpo chega às mãos do anatomista, que se prepara para a dissecar, na intenção de se apossar dos segredos da sua beleza. Diante da mesa anatómica, diante daquele corpo morto que ainda exalava a pulcra fragrância de antes – agora perturbante perfume, cimaterial, porque já sem vibração de vida –, trava-se um dramático diálogo entre o anatomista e o pintor.

O anatomista censura ao pintor o accontentar-se com uma visão tão superficial da beleza – a que provinha da Arte, entenda-se –, a inépcia dessa estratégia re-presentativa relativamente às exigências dos tempos modernos; enaltece a sua pesquisa das razões que se escondem por detrás da aparência, a rigorosa documentação que produz...

O pintor silencioso, perplexo, asfxiado pela prosápia positivista, refugia-se na recordação da sua amada que a contemplação do quadro lhe traz. Ela está para sempre perdida, mas, por aquela imagem tão viva e loquaz, a graça estonteante da sua presença parece permanecer – renascer... [figura 14]

Marruas, 19 de agosto de 2011 ■

TEMPORA GRATULATORIA

PRÉMIO “ÁRVORE DA VIDA” – 2013 ATRIBUIDO A ROBERTO CARNEIRO



O prémio de cultura “Árvore da Vida – Padre Manuel Antunes”, criado há nove anos pelo Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura, sob a égide da figura inspiradora do Padre Manuel Antunes, SJ, para distinguir um percurso ou obra que reflitam o humanismo ou a experiência cristã, foi este ano atribuído ao Engenheiro Roberto Carneiro, nosso estimado sócio.

Eis um trecho da declaração do júri que o outorgou:

“O Engenheiro Roberto Carneiro tem dedicado a esta causa [da Educação] a sua vida, entregando-se a ela com paixão, sabedoria e exemplaridade. Antes de tudo como professor e investigador na área das ciências da educação, onde alcançou um consensual e justíssimo reconhecimento, nacional e internacional. Em seguida, como perito e consultor de reputadas organizações internacionais (Banco Mundial, UNESCO, OCDE, Conselho da Europa, EU, OEI) tendo desenvolvido trabalhos em cerca de cinquenta países. E sem esquecer o seu contributo à atividade política portuguesa, primeiro como Secretário de Estado e depois como Ministro da Educação. Razões de sobra para sublinhar e agradecer a fecundidade e o altíssimo mérito do seu percurso”.

Assinamos por baixo!

E a melhor homenagem que entendemos poder prestar-lhe, foi tê-lo connosco, no belíssimo texto que teve a bondade de nos facultar e que constituiu parte da sua intervenção de agradecimento aquando da receção do Prémio.

A PROPÓSITO DO VERDADEIRO MOTOR DO UNIVERSO

Roberto Carneiro

O iluminismo europeu elegeu a razão como motor único do universo.

Mais, na sua ânsia demiúrgica, o homem designa a Ciência e a Tecnologia como critério para se chegar à Verdade.

O nosso sistema de promoção e de consagração de saberes, desde o 1.º ciclo de estudos primários ao 3.º ciclo universitário, conducente ao doutoramento, assenta num cânone de conhecimentos codificados, fragmentário, disciplinar, e analítico. Na academia replicamos sistematicamente a ideia de que só é válido aquilo que tem evidência empírica e é explicável por relações de causalidade, apuráveis pela observação de “regularidades”. São estas as verdades ditas canónicas que elevamos à categoria de leis, teoremas, axiomas, paradigmas e modelos interpretativos da realidade. Revelação, intuição, emoção, afeto, paixão, são assim elementos perturbadores do bom

raciocínio devendo ser liminarmente afastados da postura científica pura.

Revivemos e revisitamos, sem descanso, a tentação adâmica de acedermos aos conhecimentos definitivos comendo o fruto proibido da paradisíaca Arvore da Vida. Por esta via, ser-nos-ia dado fruir da condição de deuses.

Mas, ainda que esta fé prometaica nos tenha permitido atingir notáveis, e inegáveis, progressos no plano material, a verdade é que o mundo vive um ambiente crescente de medos e de predação, que divide a humanidade entre vencedores (poucos) e vencidos (a multidão).

Ora, vendo bem, o imperativo auto-legitimizador da ciência e da tecnologia, e o nanismo ético e cultural que o acompanha, vem-nos colocando interrogações prementes de cuja resposta depende o nosso destino comum.

Qual o sentido da vida e da morte?

Como discernir entre o bem e o mal numa polis onde aparentemente tudo é permitido e fugaz, onde nada releva como prioridade num pântano relativista que nos tolhe e condiciona?

Existirão algoritmos interpretativos capazes de superar a abordagem dicotômica tradicional entre mente e matéria, entre alma e corpo, entre todo e parte, entre mudança e conservação?

Onde e como encontrar a Verdade que escapa ao universo codificado, e restrito da ciência moderna?

Haverá forma de conciliar métricas da física (*filosofia segunda*, no sentido aristotélico) com categorias ontológicas e cosmológicas da metafísica (*filosofia primeira*, aristotélica), sem cair num cientismo estéril?

A física newtoniana apurou que massa atrai massa na proporção direta das massas e na razão indireta do quadrado da distância. Posteriormente, a teoria da relatividade geral descreve a gravitação em termos análogos ao das três outras forças fundamentais que explicam o nosso universo físico (eletromagnética, nuclear forte e nuclear fraca). O problema teórico consiste em reunir numa única teoria unificada de campo, por um lado, a força gravítica, macroscópica, com as demais forças que atuam num plano marcadamente microscópico, e por sua condição sujeito às contingências do princípio da incerteza de Heisenberg.

Mas há dois aspetos que me interessa fazer ressaltar nesta breve incursão pelos caminhos da mecânica quântica e a física da relatividade: (i) o de que a relatividade geral surge como uma teoria relacional na qual o que verdadeiramente importa é a dinâmica das interações entre eventos no espaço-tempo, e (ii) o de que, aceitando-se embora a gravidade como categoria universal e omnipresente, queda por explicar a *prima ratio*, ou seja, por que razão *massa atrai massa*.

Teilhard de Chardin deu uma explicação genial para o aparentemente inexplicável na pura lógica das ciências da natureza: massa atrai massa por obra do AMOR!

Neste entendimento é este o motor primeiro do mundo, nele ínsito desde o tempo zero que precede o Big Bang e a emergência da primeira partícula elementar, qual impressão digital do seu Criador.

No nosso calendário celebramos este ano outro cinquentenário. O da morte de **C. S. Lewis (Clive Staples Lewis)**, escritor, filósofo, poeta, ensaísta, académico, professor nas prestigiadas Universidades de Oxford e Cambridge. Nos seus livros, e nas suas multifacetadas intervenções públicas, Lewis personifica o cristão empenhado na defesa intransigente dos valores do humanismo personalista.

Um dos seus livros mais interpelantes é aquele em que ele discorre fecundamente sobre os quatro amores (The Four Loves): afeto, amizade, eros, caridade (no sentido da máxima joanina: Deus caritas est).

Sem pretender fazer uma exegese impossível da tetralogia de C. S. Lewis, a vertente que me interessa relevar é que na sua

Introdução ao livro em apreço ele começa por estabelecer uma distinção conceptual entre o *amor-Dom* (Gift-love), dádiva gratuita e total entre Deus-Pai e Deus-Filho numa reciprocidade amorosa que oferece o sustentáculo imaterial ao plano de salvação do mundo, e o *amor-Necessidade* (needs-love) expressão pessoal, aparentemente egoísta, da solidão dos “filhos da pobreza” (Platão) na busca de uma relação portadora de sentido para as suas vidas (tal como Einstein nos explica para o universo físico e de como este fica cativo do evento relacional – teoria da relatividade geral).

No termo de longo e convincente raciocínio C. S. Lewis acaba por negar a sua própria hipótese dicotômica de partida. Ele remata, algo desconcertantemente, com a conclusão de que o amor-Necessidade está perpassado de grandeza na medida em que representa a essência da condição humana: a sua dependência contingencial da relação com o outro (a outra metade de si) e a sua dependência total da vontade do Pai, Senhor da História e da Criação.

O Amor surge, então, como o operador divino na condição humana.

O Amor é, por consequência, tão só o corolário de uma “proximidade de Deus” que nos une e nos irmana.

Sem pretender conjunturalizar esta minha intervenção, mas não ignorando as circunstâncias muito difíceis de vida pessoal, familiar e coletiva em que nos vemos hoje mergulhados, concluirei com uma simples pergunta e um arremedo de resposta.

Porque é que, quando escasseiam os recursos e se verifica um empobrecimento geral das condições de vida, somos frequentemente levados a conflitos e a violências psíquicas / físicas, e só menos assiduamente somos conduzidos à colaboração / reinvenção, a uma melhor partilha do escasso?

Onde há menos pão a consequência será a luta beligerante pela acumulação ou a partilha pacífica do essencial? Nas circunstâncias onde encolhe o universo de bens a distribuir, será de esperar a sistemática humilhação do fraco pelo forte ou, pelo contrário, poderemos sonhar com a oportunidade da redenção sábia de que todos os seres humanos nascem?

Não conheço, seguramente por ignorância, os fundamentos científicos que explicam a dualidade extrema de comportamentos humanos quando colocados em situação de depauperação generalizada da comunidade. Mas de uma coisa estou certo: a de que o Amor pode ser uma poderosa categoria analítica suscetível de explicar o comportamento predador ou fraterno dominante. E que só o enraizamento profundo do Amor a Deus Pai e ao próximo (mandamentos primordiais) pode levar a um respeito pleno pelos direitos fundamentais do homem tal como se lê logo a abrir a respectiva Declaração Universal:

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.

Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.” (Artigo 1.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem). ■



CARLOS ALBERTO PORTAS
 HOMENAGEADO NO INSTITUTO SUPERIOR DE
 AGRONOMIA COM O SEMINÁRIO
 “O HOMEM, A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE”
 A 10 DE OUTUBRO DE 2013

CARLOS ALBERTO PORTAS – UM HOMEM DA CIÊNCIA

Pedro Aguiar Pinto

S. Bernardo dizia haver cinco estímulos que incitam o homem à ciência:

“Há homens que querem saber pelo simples gosto de saber e isso é baixa curiosidade; há os que querem conhecer para serem conhecidos e isso é pura vaidade. Outros querem possuir a ciência para a poderem revender e com isso, ganhar dinheiro e honrarias; a sua motivação é mesquinha. Mas alguns desejam conhecer para edificar e isto é caridade; outros para serem edificados e isto é sabedoria”¹.

O Professor Carlos Portas desenvolveu toda a sua actividade científica e docente na área da Agronomia, a mesma área de conhecimento que os frades cistercienses ao tempo do abade Bernardo de Claraval desenvolveram experimentalmente no couro de Alcobaça que lhes havia sido cedido pelo nosso primeiro rei. Daí vem a alcunha de frades agrónomos com que Vieira Natividade os apelidou.

Aluno brilhante do Instituto Superior de Agronomia (ISA), que frequentou entre 1953 e 1958, iniciou a sua investigação científica sob orientação do professor Bastos de Macedo com o estudo da mineralogia da areia (seu relatório de licenciatura concluído em 1962). Em 1963 foi contratado como assistente de Mesologia e Meteorologia Agrícolas, mas logo em 1964/65 começou a re-orientar o seu interesse científico para a Horticultura. Em 1967, partiu para Nova Lisboa como assistente de Agricultura e Horticultura do curso de Agronomia dos Estudos Gerais Universitários de Angola. Entretanto, desenvolveu o seu projeto de doutoramento que concluiu em julho de 1971, com

a apresentação da 1.ª tese de doutoramento em Agronomia em Portugal “Acerca do Sistema Radical de Algumas Culturas Hortícolas”.

É por esse tempo que desenvolve a sua atividade científica mais profícua com trabalhos publicados sobre várias culturas hortícolas, tomate, batata, ervilha, sobre olival e outros trabalhos mais fundamentais sobre influência da temperatura no desenvolvimento das culturas, mas também sobre planeamento das operações em agricultura.

No prolongamento da linha de investigação sobre o enraizamento de culturas hortícolas passa o ano de 1972/73 no Departamento of Agronomy na Iowa State University estendendo o âmbito do estudo de sistemas radicais ao milho e à soja e, mais tarde, já na Universidade de Évora, a algumas culturas forrageiras.

Em 1975, já professor catedrático, toma parte ativa na comissão “restauradora” da Universidade de Évora. Neste inicia um ambicioso projeto nacional de investigação sobre a Cultura Mecanizada do Tomate de Indústria, que, é hoje justamente considerado instrumental no lançamento da cultura moderna do tomate em Portugal.

A sua participação no 1.º governo constitucional (1976/8) interrompe a atividade científica que é retomada com uma licença sabática no Departamento de Horticultura da Universidade de Guelph (Ontario, Canadá) no ano de 1978/79, onde re-orienta o seu interesse para a cultura da batata, para o que estabeleceu os primeiros contactos com o Centro Internacional de la Papa (Peru) – centro de origem da espécie.

Em 1983 regressa à Universidade Técnica de Lisboa – ISA como Professor Catedrático de Horticultura, mas também, apoiando o primeiro curso de Mestrado em Produção Vegetal

¹ Sermão 36 sobre o Cântido dos Cânticos. Sermão sobre o conhecimento e a ignorância.

com a regência da disciplina de Sistemas de Agricultura, via pela qual introduz a investigação em análise de sistemas no domínio da agricultura.

É, predominantemente a partir desta altura que a sua atividade científica se canaliza para a orientação de doutorandos: nos anos seguintes concluem-se 12 doutoramentos em várias universidades portuguesas no domínio da horticultura e sob sua orientação.

É também, a partir desta altura, que é mais saliente a sua participação ativa no ambiente da investigação científica agrícola nacional: entre 1985 e 1990 preside ao Instituto Nacional de Investigação Científica (INIA), reintroduzindo os concursos públicos na carreira de investigação; participa no grupo fundador do Instituto de Tecnologia de Química Biológica (ITQB) e Instituto de Biologia Experimental Tecnológica (IBET) e é sob a sua direcção no INIA que estes novos Institutos se instalam

na Quinta do Marquês, em Oeiras, em terrenos da Estação Agronómica Nacional (EAN). Em 1987 dinamiza o Programa de Pós-Graduação para a Horticultura apoiado pela JNICT que deu origem a 11 doutoramentos espalhados pelas várias universidades nacionais.

É, também a ele que se deve a dinamização da Associação Portuguesa de Horticultura (APH) e é no âmbito da atividade das sociedades científicas e técnicas hortícolas (nacionais e internacionais) que tem, mais recentemente, desenvolvido a sua atividade científica.

Ao longo de toda a sua carreira, a orientação científica do Prof. Carlos Portas, tomando sucessivamente aparências diferentes (investigação fundamental, investigação aplicada, extensão e demonstração, orientação de alunos, gestão de ciência e associativismo científico) parece-me sempre incitada pelo desejo de edificar – e isto é caridade. Bem haja, Prof. Portas! ■

D. MANUEL CLEMENTE – PATRIARCA DE LISBOA

Lisboa congratula-se com o seu novo Patriarca, anterior Bispo do Porto, cujo retrato aqui se traça.

Manuel Carneiro da Frada

D. Manuel e o Porto

Durante alguns anos, não muitos mas intensos, o Senhor D. Manuel construiu o Porto e o Porto construiu o Senhor D. Manuel.

No fim desse tempo que a ambos foi dado, a cidade, em despedida constringida, mas com a certeza de que ganhara lugar cativo no espírito de um amigo que a entendeu a fundo, ergueu de muitas e diversas formas o seu sincero e franco obrigado.

E o Senhor D. Manuel retribuiu. Ao agradecer à cidade tudo o que ela lhe conferiu e lhe deu a compreender, galardoou-a, provavelmente, com a melhor distinção com que podia corresponder às honras que ela lhe concedia: expressando o desejo de que Portugal possa ser, sobretudo nos momentos difíceis que atravessamos, um grande Porto.

Palavras e circunstâncias à parte, sentidas embora, o que mais importa é aquilo que o tempo acrisola e a experiência tempera no íntimo de cada um.

E é assim que, se o Senhor D. Manuel redescobriu raízes suas e virtudes do povo lusitano tão olvidadas quanto necessárias,



Imagem disponível em:
<https://artes.porto.ucp.pt/pt/central-eventos/encontro-de-reflexao-com-dom-manuel-clemente>

pessoal e coletivamente, facto é também que o Porto encontrou nele “um dos seus” e guardará dele, por muito tempo, uma justa e grata recordação.

Com o Senhor D. Manuel entendeu melhor que a arreigada consciência de si próprio não impedia, antes merecia, aquela perceção mais totalizante e profunda da história, da contemporaneidade e do sentido geral do mundo que nele testemunhou.

Que tal aptidão não é erosiva de uma identidade forte. Bem pelo contrário: quando ela se apresenta esclarecida e livre, abrem-se sem medo os horizontes, o diálogo torna-se profícuo, criam-se condições para que a coragem rasgue, decidida, o caminho do futuro.

O local e o universal são, afinal, relativos; e ambos necessários, mais a mais em horas de incerteza. A arte está em conjugá-los sabiamente em cada momento e lugar.

O Senhor D. Manuel, vulto incontornável da história e da cultura, lembrou-lhe aliás, cristalinamente, que a vetustez identitária de que tanto se orgulha – e sente, simultaneamente, como presente e devir – é afinal a antiguidade e a perenidade projetada na contemporaneidade dos seus primórdios cristãos, entrelaçados que estão, na sua biografia, o bispado e o burgo (qual imagem particular e impressiva da umbilical ligação de Portugal a esse Cristianismo que o tem modelado e expandido na sua existência multissecular).

Mas aquilo que certamente mais marcou o Porto foi, para lá da inteligência, da eloquência e do saber, a autenticidade simples e disponível do Senhor D. Manuel, a sua presença sempre afetuosa e acolhedora para com todos: um homem comum e chão, natural na elevada missão que exerceu exemplarmente, em que viu espelhados traços essenciais do seu próprio carácter e no qual, por isso, facilmente projetou os seus anseios.

Muitos compreenderam, claro está, através do seu infatigável labor, a sublime sabedoria do Evangelho.

Outros descortinaram a força irradiante de uma paixão viva por esse Cristo ontem, hoje e sempre vivo. Intuindo a grandeza de alma a que a Cruz gloriosa constantemente convoca, com uma largueza que tudo e todos inclui, compreende, desafia e supera.

Por tanto ficaram tantos a desejar, ao Senhor D. Manuel, com um esperançado “até sempre!”, as maiores venturas. Ao serviço de Deus e da Igreja, mas também a bem de todos e de Portugal. ■

TRÊS PERGUNTAS DE ALGIBEIRA SOBRE: JAZZ

Responde *António José Barros Veloso**



1. O que é o jazz?

Definir o *jazz* não é fácil porque ele contém uma enorme variedade de géneros: a partir dos primitivos *blues* de tradição oral, até às formas instrumentais com influências da música erudita contemporânea, passou pelo *Dixieland*, pelo *swing*, pelo *be-bop*, pelo *hard-bop*, pelo *free* e pelas músicas de fusão.

Não possuindo aquilo que se chama “certidão de idade”, sabe-se com segurança que nasceu numa data incerta em que os primeiros escravos africanos foram desembarcados na costa da Luisiana. Traziam consigo uma cultura musical dominada pela

percussão, a voz e a dança ritual, construída sobre uma escala de 5 notas: dó, ré, fá sol, lá. No seu novo *habitat*, encontraram formas musicais mais evoluídas, quer religiosas quer profanas, que assentavam numa escala de 7 notas: dó, ré, mi, fá, sol, lá, si.

Deste encontro inesperado surgiu uma mestiçagem cultural, um verdadeiro produto híbrido com características novas, diferente das três categorias musicais que constavam dos tratados de musicologia da época: música erudita, música popular e música folclórica.

Em rigor, o *jazz* não cabe em nenhuma destas variedades e caracteriza-se por uma sonoridade própria (a sonoridade *jazzy*), um ritmo característico (o *swing*), a improvisação musical coletiva e a adulteração da escala diatónica europeia pela introdu-

* Médico Internista. Atividades extra profissionais: Músico de Jazz. História da Azulejaria Portuguesa e Filosofia das Ciências.

ção das notas *blue*. Tendo evoluído muito rapidamente, incorporou em várias décadas tudo quanto a música ocidental tinha para oferecer -- instrumentos, canções e teoria musical -- mas nunca perdeu os traços negróides que o caracterizam.

Difícil de definir, o jazz é fácil de reconhecer. Mesmo quando, já muito afastado da pureza do seu tronco principal, se encontra infiltrado nos múltiplos géneros musicais que influenciou durante o seu percurso ao longo do século XX.



2. O jazz pode ser tocado por todos ou requiere preparações e condições específicas especiais?

Excluídas algumas minorias incapazes de distinguir os sons musicais, todas as pessoas podem aprender a tocar jazz. Se não desistirem, basta-lhes que frequentem uma das escolas que atualmente pululam pelo país, que estudem as cartilhas musicais e que pratiquem um instrumento.

Mas, atenção: cá, como em todo o mundo, existem dois tipos de músicos de jazz. Alguns, depois de adquirirem competências em leitura musical, solfejo e técnica do instrumento, conseguem lugar numa grande orquestra na qual poderão ser muito úteis e eficazes e onde lhes é pedido que reproduzam com rigor a partitura e que obedeçam às indicações do maestro. São os chamados “músicos de estante”.

Outros, depois de terem feito este percurso ou um semelhante, autonomizam-se, integram-se em pequenos agrupamentos e participam em *jam-sessions*. A partir daí passam a improvisar sobre temas de *jazz* previamente escolhidos, ou seja, constroem o seu próprio discurso musical com base numa peça musical, quase sempre um *standard* ou um *blues*. Evidentemente que existem improvisadores melhores e outros piores. Mas improvisar em

jazz nunca é fácil: exige habilidade, imaginação, *swing*, sonoridade *jazzy* e, sobretudo, capacidade para interiorizar a estrutura do tema sobre o qual é construído o improviso, respeitando rigorosamente o tempo e as seqüências harmónicas. É isto que muitos músicos, alguns deles excelentes, nunca conseguem fazer e é exactamente esta capacidade que distingue os verdadeiros músicos de *jazz*.

3. Será a alma e o gosto musical dos portugueses especialmente acolhedor ou sequer vocacionado para o culto do jazz?

Durante muito tempo pensou-se que os portugueses não possuíam queda natural para o *jazz*. Mas o problema era outro. Face a um grande isolamento cultural, a uma elevada taxa de analfabetismo e a um escasso e pouco qualificado ensino musical, a prática do *jazz* em Portugal só conseguia, até aos anos de 1970, atrair alguns jovens de uma minoritária burguesia (hoje dir-se-ia, “classe média”). E, mesmo esses, eram todos amadores porque o seu destino estava traçado para serem doutores, engenheiros ou arquitetos e não músicos.

Com a democratização da sociedade, com a abertura ao mundo e com o acesso ao ensino e aos novos métodos pedagógicos, tudo mudou. Novas gerações de jovens com origens sociais muito diversas descobriram o *jazz* e alguns fizeram da música a sua profissão. Embora sejam aqui, como em qualquer outra parte do mundo, uma minoria, eles aí estão a tocar *jazz* de grande qualidade e a mostrar que os portugueses não são diferentes dos outros: só precisavam que lhes dessem oportunidades. ■



PARA SEMPRE AUTORES E OBRAS

In Memoriam – O Professor José Enes

Michel Renaud

Antes de qualquer evocação biográfica acerca do Professor José Enes, é preciso dizer que ele foi um grande açoriano, um verdadeiro português dos Açores, dessas terras ao mesmo tempo tão longínquas do Continente e tão próximas pela riqueza do seu passado atlântico e pelo presente do seu dinamismo cultural. O professor Enes pôs-se, corpo e alma e de modo totalmente desinteressado, ao serviço da região que o viu nascer e que tanto lhe deve. O que se notava através da sua ação e da sua palavra era um enorme entusiasmo, uma competência sem falha, um espírito de iniciativa próprio dos condutores de homens. Porém, a esta figura, que tantas amizades suscitou, uma característica muito especial dava um toque de beleza interior: a humildade. Ele fazia grandes projetos, não para se pôr à frente dos outros; pelo contrário, gostava de promover os seus colaboradores, dando-lhes o mérito que, no fim de contas, vinha dele. Apenas as grandes almas conseguem assim aliar à força e ao êxito da ação a humildade do agente. Mas quem era o Professor Enes¹?

José Enes Pereira Cardoso nasceu nos Açores, na Ilha do Pico, em 18 de agosto de 1924, e faleceu no Hospital de Amadora-Sintra em 1 de agosto de 2013. De 1936 a 1945 frequentou o seminário de Angra do Heroísmo; de 1945 a 1950 estudou na Gregoriana de Roma, obtendo a licenciatura em teologia (1948); mais tarde, de 1964 a 1968, de novo em Roma, obteve a Licenciatura em Filosofia (1965) e o Doutoramento em Filosofia (1968), com a tese *À porta do ser*, obra que se tornou incontor-

nável para os estudos sobre Tomás de Aquino (1.^a edição em 1965, 2.^a edição revista e aumentada em 1990). Do seu período romano lembrava com saudade a figura de dois professores, Peter Hoenen, especialista em física e em cosmologia, assim como a Johannes B. Lotz, eminente metafísico.

De regresso aos Açores, José Enes desenvolve uma intensa atividade no campo da cultura, escrevendo regularmente nos jornais, por exemplo, *A União*, e «funda com outros intelectuais angrenses o Instituto Açoriano de Cultura (...) com a revista trimestral *Atlântida*, que ainda hoje se publica». Na memória do Arquipélago permanecem as *Semanas de Estudos dos Açores* (1960-1964), que contribuíram fortemente, sob a orientação de José Enes, para o dinamismo cultural das Ilhas. Do mesmo modo, «desde 1968 José Enes trabalhou para o planeamento regional dos Açores». Contudo no mesmo ano de 1968 foi convidado para formar em Lisboa o curso de Licenciatura em filosofia, na sede da Reitoria da *Universidade Católica Portuguesa*, uma vez que a *Faculdade de Filosofia* desta Universidade se encontrava em Braga. Em Lisboa, «trabalhou nesta Faculdade de 1968 a 1974 (...). Entre 1972 e 1973 foi presidente do Conselho Científico da Faculdade de Teologia e Vice-Reitor da Universidade Católica». Em 1975 aceitou a proposta de regresso aos Açores, onde foi acolhido pelo General Altino de Magalhães – então presidente da Junta Governativa do Arquipélago –, que apoiou o seu projeto de criação do *Instituto Universitário dos Açores*, Instituto que deu origem, em julho de 1980, à *Universidade dos Açores*, de que ele foi o primeiro reitor. Além do seu ensino nesta jovem Universidade, desenvolveu vários projetos entre os quais o *Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia*, de que foi diretor de 1986 a 1992. O seu entusiasmo era comunicativo, como lembra a Prof.^a Gabriela Castro: «os Professores visitantes eram acolhidos familiarmente no seu convívio juntamente com docentes da Universidade dos Açores (...). Chegou mesmo a ter um grupo de jovens assistentes universitários com quem

¹ Cfr. a biografia e a bibliografia mais extensas apresentadas pela Professora Gabriela Castro com o título «Curriculum Vitae de José Enes. Organização de Gabriela Castro», no livro *Caminhos do Pensamento. Estudos em homenagem ao Professor José Enes*. Lisboa: Edições Colibri/Universidade dos Açores, 2006. P. 577-603. Para se ter uma ideia mais precisa da personalidade do Professor José Enes – apelido com o qual era mais conhecido – recomenda-se a leitura mais completa deste Curriculum Vitae, ao qual nos referimos e que citamos aqui várias vezes entre aspas, sem referência à página. Consultar-se-á também com muito proveito o livro sobre o Professor Enes: Real, Miguel – *José Enes. Poesia, Açores e Filosofia*. Lisboa: Fonte de Palavra, 2009. 112 p.

costumava conviver e conversar em longas tertúlias que iam desde temas de Filosofia, a momentos de recordação ou de idealidade sobre o futuro dos Açores» (p. 583). Em 1992, toma a difícil decisão de se mudar para Lisboa, por um lado, para deixar a Universidade dos Açores «encontrar o seu próprio rumo com outra geração e outros princípios», por outro, para aceitar o cargo de Vice-reitor na *Universidade Aberta*, sendo também Diretor do *Centro de Estudos da Didática de Filosofia* até à sua jubilação em 1994. Entre outros cargos, foi também diretor da Comissão ministerial de Reforma dos Cursos de Filosofia do Ensino Secundário (1989-1991), assim como, ulteriormente, presidente das sucessivas Comissões de Avaliação Externa dos Cursos universitários de Filosofia (1998, 2000). Não comentaremos aqui as várias condecorações que recebeu (por exemplo, em 1983, a de «Grande Oficial da Ordem da Instrução Pública») nem as cerimónias de homenagem que lhe foram dedicadas, quer nos Açores, quer no Continente, incluindo-se também o *Doutoramento Honoris Causa* da Universidade americana de Rhode Island.

A sua vasta bibliografia reflete o carácter multifacetado da sua personalidade. Além da sua obra central já referida, *À porta do ser*, a sua bibliografia compreende livros (*A autonomia da arte* (1965), *Estudos e ensaios* (1982), *Linguagem e ser* (1983), *Noeticidade e ontologia* (1999)) assim como uma multiplicidade impressionante de artigos (publicados ou inéditos) sobre filosofia, ciências sociais, cultura, vida açoriana, política açoriana e política internacional, relações transatlânticas, assim como sobre o sentido da Universidade.

Deste modo, as várias facetas intelectuais do Professor Enes entrecruzam-se completando-se e enriquecendo-se reciprocamente: o filósofo, o homem de cultura, o educador, o reitor e diretor, o cidadão comprometido, sem esquecer o poeta e o homem de fé. Mas todas acabavam por irradiar do seu centro filosófico, na procura de uma compreensão mais fontal. E, perguntar-se-á, como é que este centro se podia aproximar? Apenas um estudo aprofundado poderia responder à questão, mas algumas observações são suscetíveis de nos colocar na boa direção.

Para o Professor Enes, duas grandes tradições moldaram a filosofia ocidental, Aristóteles e Kant. Na esteira de Aristóteles, ele estudava a metafísica de Tomás de Aquino, ao passo que, no entender dele, a filosofia transcendental de Kant inaugurou uma nova maneira de pensar, que marcou toda a época contemporânea até aos últimos desenvolvimentos da fenomenologia husserliana e heideggeriana. O primado da

consciência fenomenológica esteve também na origem de uma nova maneira de compreender a linguagem, como se nota em Heidegger, mas houve um preço a pagar: a compreensão ontológica do ser. É neste sentido que José Enes considerava que não se pode abandonar a preocupação ontológica, central no pensamento tomista; reintegrá-lo no presente, tal deveria ser o desafio da filosofia actual. Por outro lado, os estudos filosóficos cortaram-se em grande medida do encontro com a ciência; ora, costumava dizer José Enes, hoje tal como no tempo de Aristóteles, não se pode isolar a filosofia do diálogo com as ciências empíricas, tanto físicas como biológicas. Esta preocupação deveria estar no próprio centro do ensino universitário da filosofia. Na verdade, estas duas ideias de fundo conciliavam-se no seu pensamento: no diálogo com a ciência é preciso reconstruir uma nova ontologia.

Todavia, os interesses de José Enes não permaneciam no campo da pura especulação. As suas qualidades de analista atento de todas as vivências sociopolíticas enraizavam-se num profundo amor pela vida, pela vida sob todas as suas formas mais concretas e singulares. Ele foi um amigo sempre fiel e atento, um coração cheio de bondade, um espírito aberto aos mais altos valores da existência.

«*À porta do ser*», tal foi, como dissemos, o título de uma das suas principais obras. Hoje, este título adquire um novo sentido, para nós que queremos evocar a sua existência. Toda a sua vida, o Professor Enes procurou a verdade. A paixão pela verdade, desde a verdade do real mais simples até à verdade absoluta e infinita que se encontra em Deus, eis o que o animava em filosofia e na sua existência. Contudo, a verdade, para ele, não era um bem a possuir de modo egoísta, mas uma conquista sempre a difundir, a comunicar; não havia sinal de egoísmo na sua investigação. Para ele, o essencial consistia em pôr-se, «de modo vigilante» (tal como repetiu várias vezes), ao serviço da verdade. E aqueles que conviveram com ele no período final da sua vida terrestre notaram que, mesmo quando a doença o impediu de prosseguir as suas investigações, ainda tentava pôr-se à escuta de quem podia comunicar-lhe algo de novo. Agora, a nossa fé dá-nos a certeza de que ele penetrou na plenitude da verdade, plenitude que o transfigura para sempre.

A conclusão desta breve evocação da personalidade do Professor José Enes, iremos pô-la sob o signo do seu único livro de *Poemas* (1960), *Água do céu e do mar*. É no cruzamento metafórico da verticalidade e da horizontalidade, da transcendência e da imanência, do céu e da terra que a figura do nosso amigo procurou as águas vivas, fontes de vida. ■

UMA OBRA DE ARTE NA UCP

Uma janela aberta sobre o rio

O Edifício Américo Amorim no Campus da Foz da Universidade Católica do Porto

Maria Isabel Roque

O campus da Foz da Universidade Católica do Porto compreende seis unidades de ensino: Escola das Artes, Escola de Direito, Faculdade de Economia e Gestão, Faculdade de Educação e Psicologia, Faculdade de Teologia e o Instituto de Bioética. Destes, merece destaque a Escola das Artes, com dois edifícios autónomos, o das Artes, com o Instituto do Som e Imagem e Escola de Música, e o da Conservação e Restauro, ambos projetados entre 1994 e 1996 pelo arquiteto Humberto Vieira, discípulo e colaborador de Eduardo Souto Moura, integrando-se na escola modernista da arquitetura portuense.

Uma década depois, quando o Pólo Regional do Porto já tinha mais de 4.500 alunos, o desenvolvimento da vida académica, com a criação de novos cursos e a reestruturação dos restantes no âmbito da implantação do processo de Bolonha, exigia uma ampliação do campus e a construção de instalações para os docentes e de infraestruturas de apoio à investigação. Em dezembro de 2008, foi inaugurado um novo edifício que, segundo fonte da Universidade Católica do Porto citada pela imprensa da época, vinha “reajustar as instalações disponíveis no Campus da Foz” (LUSA 2008). A arquiteta Armanda Abreu assumiu o projeto do edifício, datado de 2006, e da ampliação do piso superior para a cafetaria, em 2007. A estrutura recebeu a designação “Edifício Américo Amorim”, homenageando o empresário que financiou parte do investimento de cerca de três milhões de euros.

Localizado no extremo sul do campus da Foz, o edifício de quatro pisos, destinado prioritariamente a acolher a formação de executivos da Escola de Gestão Empresarial e o Centro de Estudos e Investigação, conta com salas de aula, anfiteatros, gabinetes de docentes e zonas de trabalho. Em correspondência com a dupla funcionalidade, em torno das atividades letivas e de investigação, o projeto criou dois programas distintos, com espaços autónomos para salas de aulas, no piso térreo e para centros de estudos, nos primeiro e segundo pisos, e acessos diferenciados em dois átrios separados entre si pela portaria comum e aberta ao exterior no rés-do-chão.

O acesso faz-se através de uma praça em anfiteatro que estabelece a ligação às restantes estruturas do campus e os espaços relvados que as circundam, numa cota mais elevada a norte.

O primeiro piso, com salas de aulas concebidas em anfiteatro, recebendo iluminação direta lateral, aproveita o desnivelamento

topográfico do terreno, funcionando os corredores como elemento nivelador entre as diferentes cotas dos acessos às várias dependências. Neste registo, assume-se uma marca distintiva de horizontalidade sublinhada pelo revestimento a tijolo maciço.

Os pisos superiores constituem um bloco retangular que atravessa obliquamente o volume inferior, mais alargado e tendencialmente quadrangular. O segundo piso acolhe os gabinetes dos docentes e serviços de apoio. O terceiro piso, igualmente destinado à investigação, apresenta uma planta em espaço aberto, com uma compartimentação flexível, definida pelo equipamento móvel, que se organiza em função dos grupos de utentes e dos respetivos trabalhos.

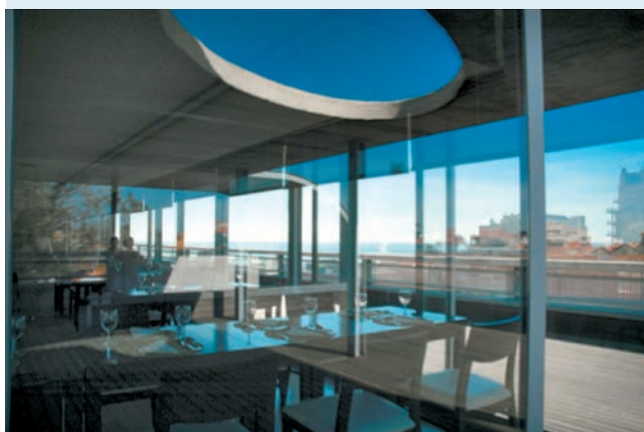
Nestes pisos, a rutura criada pela estrutura de ferro e vidro, é compensada pela continuidade de utilização de tijolo nos remates, ao mesmo tempo que estabelece a coerência com o edificado prévio do campus. As laterais maiores, correspondentes às fachadas nascente e poente, são revestidas por uma segunda capa, com placas metálicas orientáveis, ao nível das janelas, as quais, ao controlar a entrada da luz no interior, contribuem de forma sustentável para a climatização do edifício, e fixas na área entre janelas para encobrir as calhas técnicas. Dispostas paralela e longitudinalmente ao longo de toda a fachada, criam uma dinâmica que acentua o cunho horizontalizado do volume.

Nos topos, sem perder uma intencional austeridade, o revestimento a tijolo executa um efeito geométrico rigoroso, que recorda alguns episódios da arquitetura pós-modernista e, em particular, da corrente neorracionalista, pela utilização de formas geométricas simples, com predominância do quadrado, com vazamentos transparentes. Vislumbram-se, aqui, citações a Louis Isadore Kahn ou a Aldo Rossi e Mario Botta, aspetos em consonância com a obra da arquiteta Armanda Abreu, marcada por “projectos calmos, sem estridências formais ou construtivas” (Gonçalves 2010, 4).

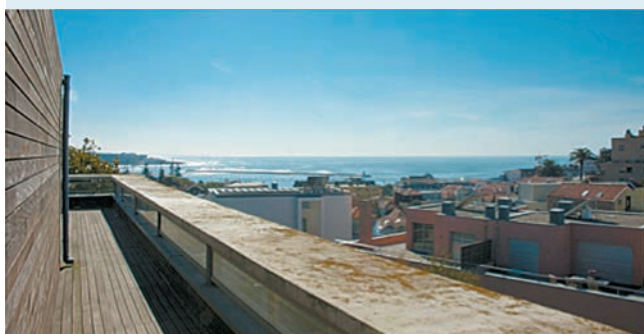
O último piso é inteiramente ocupado pelo bar panorâmico, com janelas em fita ao longo de quase todo o perímetro, criando uma ligação visual direta à Foz do Douro, espalhando-se até ao Atlântico. “[...] a orientação solar e a vista de mar levou a que a esplanada fosse localizada a Sul, para melhor aproveitar a paisagem e, simultaneamente, ficar protegida pela construção dos ventos de Norte.” (Abreu e Pimenta 2010, 92). Concebida como um



Edifício Américo Amorim
Foto: João Azevedo, 2013



Bar panorâmico, com pormenor da claraboia na cobertura
Foto: João Azevedo, 2013



Vista da Foz a partir do bar panorâmico
Foto: João Azevedo, 2013

enorme espaço aberto, sem obstáculos visuais para lá dos indispensáveis elementos estruturais, também a utilização dos materiais foi contida. Salienta-se a estrutura de vidro que, ao longo de todo o perímetro, fecha o espaço, criando uma barreira física, mas transparente, sem obstruir a ligação ao exterior. O corpo central é contornado por terraços cobertos por uma laje de betão que se prolonga numa plataforma saliente sobre as janelas, para sombreamento da sala. A norte, a cobertura desenvolve-se numa curva aberta até ao chão e é recortada, no topo, por grandes aberturas ovoides que criam auréolas luminosas de forte impacto visual.

A relação que, neste último piso, se estabelece com a envolvente, é a marca distintiva deste edifício e torna-se num dos elementos fulcrais do edifício. Ambos, rio e céu, são elementos integrantes da arquitetura. O observador, no interior do edifício, é levado à contemplação da paisagem fluvial emoldurada pela arquitetura. A Foz do Douro e, numa perspetiva alongada até ao limite do horizonte, o oceano, constituem a obra de arte natural, simultaneamente fixa e em contínua mutação. Na cobertura, as claraboias configuram-se como uma abóbada celeste. Após a austeridade dos pisos inferiores, é no cimeiro que o edificado se cumpre, em plenitude, como mediador entre o firmamento e o rio.

Ficha

Escola de Gestão Empresarial / Edifício Américo Amorim

Arquitetura: Armanda Abreu, com a colaboração de Ângelo Carneiro, Jandira Oliveira e Paulo Pereira

Local e data do projeto: Porto, 2006

Construtora: MRG

Cafetaria / Bar Panorâmico

Arquitetura: Armanda Abreu, com a colaboração de Jandira Oliveira e Paulo Fernandes

Local e data do projeto: Porto, 2007

Construtora: Edimarante

Bibliografia

Abreu, Armanda (n.d.). *Centro de estudos e novas salas de aula da Universidade Católica do Porto: memória descritiva*. Porto.

Abreu, Armanda, e Joana Pimenta (coord.). 2010. *Armanda Abreu: arquitetura = architecture*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Gonçalves, José Fernando. 2010. "Sobre a Privacidade e o Íntimo: A Propósito Da Arquitetura de Armanda Abreu." In Abreu, Armanda, e Joana Pimenta (coord.). *Armanda Abreu: Arquitetura = Architecture*, 4–5. Casal de Cambra: Caleidosco.

LUSA. (2008). Universidade Católica do Porto inaugura terça feira edifício de apoio à investigação financiado por Américo Amorim. *Expresso.pt*. Acedido em: <http://expresso.sapo.pt/universidades-catolica-do-porto-inaugura-terca-feira-edificio-de-apoio-a-investigacao-financiado-por-amerioco-amorim=f478863#ixzz2kNKbm09h> ■

LINHAS PROGRAMÁTICAS

Manuel José Carmo Ferreira

A Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, não sendo um centro de investigação, é, ou procura vir a ser, uma comunidade de investigadores para quem o exercício da ciência foi, ou continua a ser, um compromisso com a verdade como um processo de infinita aproximação e a assunção de uma responsabilidade de discernimento por entre as perplexidades com que se confronta a cultura contemporânea. O genitivo de pertença, da Universidade Católica Portuguesa não estabelece nem uma fronteira de distanciamento nem um confinamento institucional que a reduza a mero instrumento de extensão da instituição.

Científica e católica, a Sociedade toma pé numa realidade social e cultural a tantos títulos ameaçada de naufrágio, e, ao intervir nos debates e controvérsias de hoje, de modo particular nos que se apresentem com maior acuidade em contexto português, procura não absolutizar as diferenças em irredutíveis crispções, antes se esforçando por identificar o universal dissimulado em cada posição, tendo sempre presente como orientação programática a palavra de Bento XVI no seu encontro em Lisboa com a gente da cultura: uma aprendizagem de que outras verdades são sempre a verdade dos outros.

O envolvimento dos Sócios nas atividades da Sociedade constituirá sempre o factor determinante do seu modo de ser e de se justificar. O Conselho Científico deverá ser o órgão gerador de uma dinâmica de interfaces e as secções científicas o lugar privilegiado de realização dos objetivos prosseguidos. Ao boletim *Lumen Veritatis* caberá, em continuidade fecunda com o seu historial, tornar mais visível a vida interna da Sociedade, numa comunicação dirigida em primeiro lugar aos sócios, mas sem prejuízo de uma expressão *ad extra*; a revista *on line Gaudium Sciendi* continuará a assumir o papel de plataforma de encontro de múltiplos saberes. Um grande encontro anual poderá vir a constituir-se como um foco de convergência de análises e discussões de uma questão central e particularmente aguda.

Na tomada de iniciativas e na prossecução dos seus modos de intervenção, sem pôr em causa a especificidade do seu estatuto, a Sociedade Científica tentará integrá-las em parcerias com outras instituições (centros universitários, academias, autarquias, editoras) e interlocutores, a começar pelos diferentes centros de investigação da UCP, estando de igual modo disponível para acolher propostas de outras instâncias, sempre que conciliáveis com a sua finalidade própria. Com isto entende prestar o contributo que lhe é exigível para uma comunidade mais esclarecida, protagonista do seu próprio viver.

No desenvolvimento das suas atividades, a Sociedade esforçar-se-á por inscrever sempre as comemorações do passado que vierem a ocorrer num quadro de atenção à atualidade, em atitude a um tempo crítica e prospetiva, de forma a conseguir entrever no presente aquilo que nele faz vir o futuro.

Sabendo os limites, a Sociedade Científica propõe situar-se no plano das fronteiras que recuam, quer no sentido do desconhecido quer no sentido do mais humano, “capaz de Deus”. ■

NOTÍCIAS DA SOCIEDADE CIENTÍFICA

Como é do conhecimento de todos, teve lugar no passado dia 29 de Novembro a Assembleia Geral Eleitoral. Eis a lista dos novos Órgãos Sociais da SCUCP que resultaram desta Assembleia:

Assembleia Geral

Presidente: Prof. Doutor Mário Júlio Brito de Almeida Costa
Vice-Presidente: Prof. Doutor António Pedro Barbas Homem
1.ª Secretária: Prof.ª Doutora Marília Pereira Lúcio dos Santos Lopes Hanenberg
2.ª Secretária: Prof.ª Doutora Maria do Rosário Lupi Belo

Direcção

Presidente: Prof. Doutor Manuel José do Carmo Ferreira
Vice-Presidente: Prof. Doutor Alfredo Teixeira

Vogais:

Prof. Doutor Nelson Ribeiro
Prof.ª Doutor Miguel Pupo Correia
Prof.ª Doutora Helena Margarida Reis

Conselho Fiscal

Presidente: Prof. Doutor Miguel José Pereira de Athayde Marques
Vice-Presidente: Prof. Doutor Carlos Martins Portas

Vogais

Prof. Doutor Miguel Gouveia
Prof. Doutor João Moutinho
Dr. Duarte Ivo Cruz

Coordenadores das Secções¹

Ciências das Artes – Maria Clara Menéres
Ciências do Ambiente – Pedro Aguiar Pinto
Ciências e Tecnologias da Saúde – Duarte Nuno Pessoa Vieira
Ciências Naturais e Tecnológicas – Helena Reis
Direito – Jorge Miranda
Economia – Fernando Branco
Educação – a designar
Filosofia – Maria Luísa Ribeiro Ferreira
História – Maria Helena da Cruz Coelho
Literatura Cultura e Comunicação – Maria Vitalina Leal de Matos
Teologia – Samuel Rodrigues

¹ Designados, atendendo à consulta realizada com a participação de 52,3% dos Sócios.

Propriedade

Universidade Católica Portuguesa – Sociedade Científica
Palma de Cima – 1649-023 Lisboa
Tel.: 35 21 721 40 00 • Fax: 351 21 726 05 46
scientific@lisboa.ucp.pt • www.scucp.ucp.pt
Directora Maria Lúcia Garcia Marques

Revisão Paula Gonçalves

Paginação e Impressão Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.
Isenta de Registo na ERC ao Abrigo do Dec. 8/99